

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Janeiro 2000 Nº 293 Preço 140\$00

• INFERNO

Associados da ADFA puderam ver o "Inferno" em antestreia

página 10

• Diário da República

Estude a nova lei dos acidentes de trabalho na Função Pública nós Direitos e Deveres

página 13

• RENAACE

Seminário Final do projecto quer continuação de Núcleos de atendimento

página 2

• PR com Associações

A ADFA esteve no almoço com o Presidente da República, no fecho da semana da saúde

página 9



PORTE PAGO

I Encontro Associativismo Militar

FOTO: FARINHO LOPES



suplemento

6.ª Reunião, na ADFA CNRIPD

FOTO: FARINHO LOPES



página 9



página 7

Festas de Natal reúnem mais de mil

página 4

FOTO: FARINHO LOPES



Dia Internacional da Pessoa com Deficiência Alentejo recebe comemorações

A ADFA colaborou na produção do texto final das conclusões do Encontro, salientando a troca de experiências e a comunicação entre associações como veículo privilegiado para a dinamização do movimento associativo



FOTO: FARINHO LOPES

página 8

Mais de meio milhar de associados e familiares no aniversário e descerramento de placa comemorativa no antigo Regimento de Infantaria 6 foram os pontos altos da festa



FOTO: ANABELA VIEIRA

25.º Aniversário no Porto

Grande festa da Delegação

página 5

Avaliação resulta em aposta na continuidade

FOTO: FARINHO LOPES



Desenvolver e consolidar a Rede de Núcleos de Atendimento e Acessibilidade (RENAACE) foi a palavra de ordem na avaliação levada a cabo no seminário final do Projecto RENAACE, promovido pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) no dia 9 de Dezembro, que teve lugar no Instituto Jacob Rodrigues Pereira, em Lisboa.

O tema daquele encontro foi "RENAACE: Um Instrumento para a Integração Sócio-Profissional das Pessoas com Deficiência" e finaliza os quatro anos em que este projecto esteve em actividade.

As crescentes solicitações por parte dos portadores de deficiência, suas famílias e entidades ligadas à reabilitação e deficiência motivaram a criação do projecto que envolveu várias instituições da área.

Actuar a nível local foi a principal missão dos núcleos de atendimento criados, disponibilizando informações e encaminhando as pessoas com deficiência nas mais diversas áreas, como o emprego, a saúde, os direitos, benefícios e recursos de reabilitação, entre outras.

Várias foram as autarquias que se associaram ao projecto, bem como foi destacada a parceria entre o SNRIPD e as organizações de e para deficientes.

O último seminário do projecto reuniu cerca de 120 participantes, entre os quais esteve presente Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional da ADFA.

Sandra Marques de Almeida, psicóloga clínica integrada na equipa técnica de gestão da iniciativa comunitária Emprego/Eixo Horizon, referiu-se ao futuro do RENAACE alertando para uma "reflexão cuidadosa por parte de cada um dos operadores, coordenados pelo

SNRIPD, sobre a continuidade das estruturas criadas", realçando a necessidade de se atentar no investimento para a adaptação de infra-estruturas, para a formação de recursos humanos e na implementação ao nível da comunidade.

A psicóloga salientou também o papel que os NAACE poderão assumir como estruturas de rectaguarda numa rede de recursos locais e especializados.

Vitorino Vieira Dias, secretário nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, presidiu à sessão de encerramento do seminário e referiu que o projecto "deve ser consolidado e desenvolvido, de acordo com as variáveis da própria política social." O secretário nacional salientou ainda o "papel fulcral das instituições na parceria desenvolvida com o RENAACE", acentuando a importância da implementação das redes sociais em Portugal. "Deve articular-se a Rede NAACE com as restantes redes sociais existentes", lembrou ainda, elogiando o trabalho concretizado pelos vários parceiros do projecto. •

R.V.

Breves

Agenda 2000

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência lançou no passado dia 22 de Dezembro a Agenda 2000, na sua Sede, em Lisboa.

Os representantes do SNRIPD consideram que, "após o enorme êxito obtido com a Agenda 1999, justo é que no próximo ano todos possam continuar a usufruir de uma agenda que, para além da sua utilidade prática, contém informação pertinente, não só para aqueles que trabalham no universo da reabilitação, mas também para o público em geral."

A agenda tem sido um elemento de sensibilização para todos que se empenham na integração das pessoas com deficiência. •

Jogos de Futebol

Os clubes de futebol lisboetas do Sport Lisboa e Benfica, do Sporting Clube de Portugal e do Futebol Clube "os Belenenses" celebraram um acordo com a ADFA, em que são oferecidas entradas para alguns dos jogos que vão realizar-se nos seus estádios. Os clubes já têm enviado a credencial necessária para o acesso gratuito dos associados às bancadas, e a Direcção Nacional da Associação já mostrou o seu agrado pela iniciativa, lembrando que "esta colaboração vem dinamizar a prática desportiva entre a massa associativa."

O Sporting já ofereceu também 25 camisolas e cachecóis do clube, como "primeiro acto de uma cooperação que promete intensificar-se", segundo se escreveu no jornal "Sporting". •

Revista Militar

A Câmara Municipal de Lisboa associou-se às comemorações do 150º aniversário da Revista Militar, no dia 26 de Novembro, numa cerimónia de descerramento de uma placa toponímica no largo que, junto à estação do metro do Colégio militar, em Lisboa, passou a designar-se por Largo da Revista Militar (Fundada em 1848).

A empresa Revista Militar encerrou as celebrações destes 150 anos de actividade ininterrupta com um evento realizado no Porto, lembrando sempre o fundador da publicação, o então tenente Fontes Pereira de Melo. •

Novo endereço FMAC

A WVF Programme Unit da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) mudou temporariamente o seu endereço. A correspondência pode agora ser enviada para a seguinte morada: WVF Programme Unit - Christian Provoost - 65, route de Menthon, 74290 Veyrier du lac, France. O número de telefone telefone a marcar é 33 680 68 83 91, o fax é 33 450 60 22 92 e o e-mail é cprovoost@compuserve.com. •

Congresso Nacional SPDM

A Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla organizou o seu 1º Congresso Nacional no passado dia 8 de Dezembro, abordando as várias perspectivas da esclerose múltipla num prisma multidisciplinar que incluiu a vertente socio-laboral.

O Congresso realizou-se no Centro de Apoio de Oeiras, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e teve como lema a frase "Um Olhar Global sobre a Esclerose Múltipla".

O encontro contou com apresentações e debates relativos aos avanços recentes no conhecimento e tratamento da doença, destacando-se também a vida familiar e laboral das pessoas portadoras de Esclerose Múltipla.

A reabilitação também esteve na ordem do dia, com alusão ao apoio psicológico individualizado fulcral para os pacientes e os grupos de ajuda mútua.

Foi ainda destacado o impacto dramático da doença em todos os aspectos das vidas dos portadores, sendo realçados os factores familiar, social e laboral, que são alterados em consequência do aparecimento desta doença na fase mais produtiva da sua vida. •

Desporto Adaptado

Realizou-se no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, no passado dia 7 de Dezembro, a 2ª Festa do Desporto Adaptado, organizada pelo pelouro do desporto da Câmara Municipal de Lisboa.

O programa incluiu actividades de experimentação, com modalidades como o Basquetebol Adaptado, a Escalada, Judo, Remo Adaptado, Ténis de Mesa e Paint-ball, entre outras actividades desportivas.

Depois do almoço teve lugar uma aula aberta de folclore e outra de aeróbica.

Durante todo o dia desenvolveram-se actividades de animação com oferta de balões, pintura de caras, atelier de pintura e outras. •

Europa XXI

Desenvolver o diálogo civil a nível europeu sobre o tema da promoção da inclusão social e a participação na sociedade foi um dos objectivos do projecto "Europa XXI - Participação e Cidadania para Todos", iniciado em Janeiro de 1999, pela Liga Portuguesa de Deficientes Motores (LPDM) - Centro de Recursos Sociais em parceria com organizações não-governamentais da Bélgica, Espanha, Itália e Holanda.

O Projecto culminou na realização de uma Conferência Final, no dia 26 de Novembro, que contou com o patrocínio do Presidente da República.

Na Conferência foram apresentados e discutidos uma Carta de Recomendações e um Guia de Boas-Práticas, na presença de membros do Parlamento Europeu, representantes da Comissão Europeia (DG V), e deputados dos parlamentos nacionais dos cinco países envolvidos.

Os representantes da LPDM referiram que "esta Conferência constituirá uma abordagem inovadora e construtiva na definição de políticas e programas para a inclusão social, quer a nível nacional, quer a nível europeu", salientando o facto de esta ser uma boa oportunidade para a troca de experiências e avaliação de boas-práticas a nível europeu. •

Casão Shopping

O centro comercial das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE), em Lisboa, tem vindo a implementar um novo sistema de vendas a crédito, com vista a tornar os seus preços mais competitivos. Nas condições de funcionamento do novo sistema o número máximo de prestações mensais passa a ser de 24, podendo o cliente fazer compras sempre que pretenda, desde que a sua dívida mensal não exceda 25 por cento da remuneração base.

A venda a crédito é feita com base num preço de pronto pagamento, sem juros e entrada inicial e a taxa de cobertura para situações de incapacidade de pagamento por morte do titular da dívida é de um por cento (inclusive para reformados). As dúvidas podem ser esclarecidas junto do Sector de Apoio ao Cliente das OGFE. •

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Janeiro, dia 6, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Reunião na Sede Nacional

No dia 29 de Janeiro, Sábado, vai ter lugar a reunião de associados na Sede Nacional, depois do almoço.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Janeiro, dias 8 e 22, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Janeiro, das 9h00 às 12h00.

Ano Novo

No dia 1 de Janeiro, Sábado, a Delegação de Coimbra organiza um convívio de Ano Novo.

Seminário

Nos dias 21 e 22 de Janeiro, a Câmara Municipal do Porto - pelouro do Desporto organiza um Seminário subordinado ao tema "A Recreação e Lazer da População com Necessidades Especiais", na Cidade Invicta.

Antigos Alunos da ADFA

No dia 29 de Janeiro, Sábado, os ex-alunos da Escola da ADFA e seus familiares participam num almoço de confraternização, a realizar no restaurante da Sede Nacional. As inscrições podem efectuar-se através do telefone 21 757 04 22, extensão 214 (Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo), até 26 de Janeiro. O preço é de 2.000 escudos por pessoa. Solicita-se a todos que façam a divulgação junto de outros ex-colegas por forma a juntar o maior número de pessoas.

Desporto na Sede

No dia 26 de Fevereiro, Sábado, vai realizar-se o V Torneio da ADFA, na Sede Nacional, com início às 9h30. As actividades desportivas incluem Ténis de Mesa, Snooker e Remo Indoor. Os interessados em participar nestas modalidades, podem fazer a inscrição pelo telefone 21 757 0422, extensão 214, até ao dia 23 de Fevereiro.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Albino da Neves Marinheiro	Carlos Manuel M. dos Santos
Alfredo Rodrigues da Silva	Fernando Conceição Pereira
Alvaro Neves Abreu	José Santo Louro
António de Carvalho e Sousa	Manuel Coelho Ramalho
António Rebelo Heliodoro	Marcolino Francisco Simões
Augusto Manuel Barata	Sergio da Costa Guedes

O ELO corrige

Na última edição, por lapso, no artigo referente à Pesca Desportiva em Setúbal, em vez de se ler "Sérgio Seguro - Coimbra", deveria ler-se "Júlio Seguro - Coimbra".

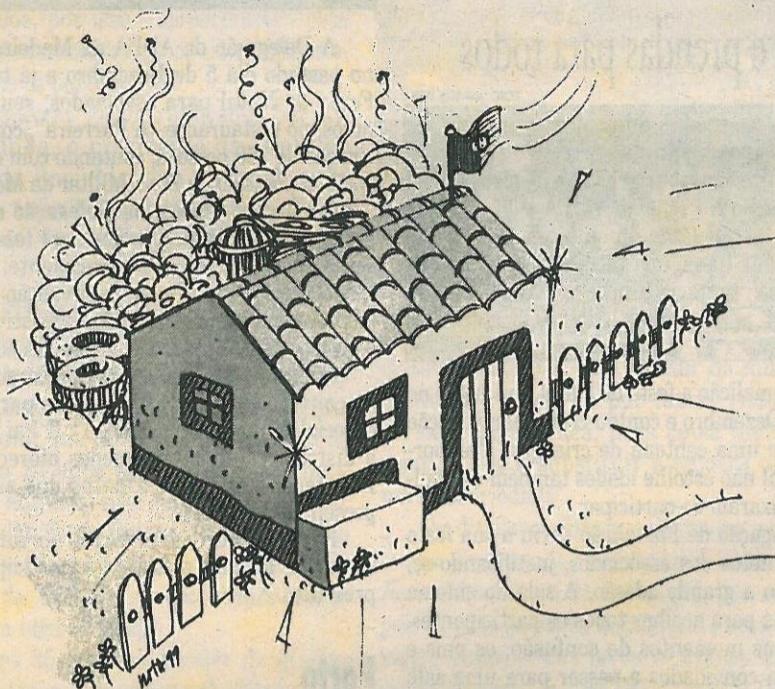
Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas. •

ELO PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 757 0502 / 21 757 0583 / 21 757 0645 • Fax: 21 757 1319 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Alonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Mauricio, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Vasco Carreiro, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRAFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, 11.93-A 7ºC - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 600 exemplares

O Fim do Império

Precisamos dessa porta, grande, grande, para abrir as mentes dos que se esquecem, dia a dia, que todos somos gente, que todos somos pessoas, cidadãos apenas iguais nas diferenças que possuímos.



A muitos portugueses se rejaram de rebeldes lágrimas os olhos... Era o sentir lusitano, de pequeninos aprendido na escola, na bandeira das quinas que descia, mais de quatro séculos ininterruptos (mesmo nos tempos em que os Filipes de Espanha tomaram, por herança de sangue, este canteiro) a flamejar nos ventos de Macau.

Foi como que o regresso da última nau na honra de hoje e a lembrar a glória do passado. Mas foi fundamentalmente pela porta grande que fechámos este sonho de nos prolongarmos, em soberania, pelo mundo. A última parcela do vasto império regressou à China. Nela ficará, por longos anos, uma parte da cultura deste país, um pedaço da pátria, na língua de Camões. Quatro séculos de história, ainda que, segundo alguns, cheios de fraudes e de perfidias, não se apagam em protocolos contados ao segundo. Quatro séculos de história, de misturas de cultura, de cruzamentos de sangue, de divisão de interesses, prevalecem para além dos cinquenta anos da garantia legal. Fora de casa somos sempre assim: trabalhadores, esforçados, honrados, vencedores.

Só aqui, na mãe-pátria nos deixamos diminuir. Integrados na Europa, somos quase terceiro-mundistas. Temos ótimos mestres, investigadores, homens de cultura e saber... Simultaneamente saldamos contas, pela negativa, com o resto do mundo como se a civilização que possuímos não tivesse o peso de oito séculos de glórias... O modo como se morre nas estradas deste país, o civismo arredo num significativo número de concidadãos, a educação que a escola não transmite e a famí-

lia menos garante... Temos dirigentes sindicais que reclamam para todos o acesso à universidade, que combatem as alterações ao modelo de ensino deste país, que minimizam a expressão tecnológica da formação escolar... Enquanto, por razões corporativistas nivelam tudo e todos por padrões de objectivos mínimos, carregam, muito embora militem em partidos de direita, o peso da pseudo igualdade que fazia de todos potenciais doutores e os fez acabar com as escolas técnicas deste país. Com isso se cimenta o fosso que separa os mais dotados. Um dos últimos inquéritos feitos no Norte do país a respeito dos benefícios da educação deixa claro ser importante saber ler por serem em português as legendas dos filmes que a televisão passa e por ser importante conhecer os preços dos hipermercados onde a classe trabalhadora (não diferencia-

da) deste país goza em cada fim de semana o resquício de lazer com que simula ser feliz.

Entretanto sabemos ser grandes pelo mundo. Sabemos impor-nos hoje, sem colónias, ouro à vista ou promessa de petróleo. A pátria parece agora agarrar a dignidade que os manuais de história lhe atribuam. Perdemos, sem glória, muitos combates. Perdemos, pela razão usurpada, muitos anos de liberdade. Caldeamos, em sofrer, anos de espera e redenção. Foi também com sangue, pelas três frentes africanas, que ajudámos a construir este país moderno. A pátria está liberta agora e também honrada no sonho de liberdade que se vive em Timor... É uma pátria de homens sem tirano à vista. O esbirro permanece sob sete palmos de terra em Santa Comba e uma plêiade de homens restituíram-lhe a dignidade herdada dos deuses.

Falta agora, dentro de portas, indicar diferentes caminhos para diferentes sensibilidades e capacidades. Precisamos de técnicos, de médicos, de enfermeiros. Temos gente a mais que tem feito de professor... Não sei se o país lhes deve tanto quanto eles reclamam nas ruas. Precisamos agora, que estamos reduzidos á mais pura expressão de pátria, de gente educada, de gente que respeite os silêncios da noite, de gente que respeite as prioridades alheias, na estrada, no emprego, no saber e na vida.

A porta grande com que fechamos o império tem de ser embarcada na nau que faz o regresso. Precisamos dessa porta, grande, grande, para abrir as mentes dos que se esquecem, dia a dia, que todos somos gente, que todos somos pessoas, cidadãos apenas iguais nas diferenças que possuímos. •

Episódios

O futuro de um País velho

Escrevo estas linhas ainda em 1999, mas os leitores que se derem ao trabalho de as ler já o farão no ano 2000. E se o fazem num novo século e num novo milénio é polémica que não pretendo alimentar. Com todas as teses defendidas a propósito desta momentosa problemática, ainda corremos o risco de passar de 1999 para 2000 angustiados com a dúvida existencial se afinal apenas estamos num novo ano ou se demos um enorme salto no tempo.

No fim de contas, aquilo a que temos vindo a assistir é uma muito bem urdida campanha de publicida-



José Diniz

de e de marketing que está a explorar até à exaustão um factor psicológico alimentado por um imaginário de séculos, com profetas de desgraças à mistura, e que o chamado "bug do ano 2000" tem ajudado a empolar. Assim, as últimas badaladas deste relógio psicológico, à meia noite de 1999, vão constituir um momento mágico e fascinante que fará crescer o nosso ego.

Mas não era bem este o sentido que queria dar a esta primeira crónica do ano 2000. Neste curto espaço que me resta vou tentar não continuar a "escrever na água".

Nos últimos meses temos assistido a acontecimentos que aproximam o fecho do livro da nossa aventura ultramarina: Macau foi devolvido à

China e Timor está a dar passos importantes para, finalmente, ser devolvido ao seu povo.

Se em relação a Macau o processo de transferência de soberania foi linear e pacífico, em relação a Timor, Portugal está agora a procurar emendar a mão de um desastre que não conseguiu evitar em 1975. Se tudo correr bem, os Portugueses poderão, enfim, respirar de alívio e recuperar dos complexos da retirada de África.

Na verdade, é altura de arrumar de vez o passado colonial assumindo o com o que de bom e de mau teve, e valorizar no novo milénio a herança cultural que deixámos e trouxemos. Por mais que se tentem apagar os símbolos físicos deixados por Portu-

gal durante cinco séculos, há marcas que jamais se apagarão, como sejam a língua, os nomes, os costumes, a miscigenação, a religião, etc..

O modo de ser português marcará positivamente as nossas relações fraternas com todos esses povos e será uma mais valia preciosa para o prestígio internacional de Portugal.

No primeiro milénio não existíamos nem como povo nem como País; no segundo conquistámos a nossa independência física e anímica, colonizámos e descolonizámos; no terceiro milénio seremos um elo de cooperação, de solidariedade, de desenvolvimento com os povos a que nos unem laços históricos e culturais, contribuindo assim para um mundo melhor. •

Adeus até ao meu regresso



António Carreiro

Ao contrário do muito praticado pós Conselho da Revolução, os militares têm agora começado a aparecer nos meios de comunicação com alguma frequência.

Fui surpreendido com um concurso de presépios que é levado a efeito na Brigada Mista Independente, em Santa Margarida, e com a colecção de presépios do 2º Comandante da Região Militar Sul.

Se alguém tem dúvidas de que os militares querem a paz, aí tem a prova.

Impressiona naturalmente o da Companhia de Engenharia da BMI, no qual um "jeep" de fraldas faz de menino Jesus, uma retroescavadora com auréola de Nossa Senhora e uma pá-escavadora com bengala de S. José! Até onde vai a simbologia da imaginação!

Mas o que me veio à mente, ao ver estas notícias, não foi a terna candura singela da gruta de Belém. Foi, sim, a frase inculcada na memória subconsciente de todo o povo português: "adeus, até ao meu regresso".

O Natal lembra-me sempre isto: "adeus até ao meu regresso" por mais que se gozem as aproximações às sonoridades, das palavras de circunstância, da cultura de ouvido, que nos recorda, necessariamente, "um ano novo cheio de propriedades".

E todo o povo sente este adeus. Cerca de 10 mil deles ecoaram e não mais são ouvidos senão na memória. Cerca de 20 mil ainda o balbuciam, acarretando, no som, a entrega de parte do seu próprio corpo que também lá ficou, sem sepulturas, por pulverização natural.

Reconhece-se, quase ao fim de 40 anos do início, que a guerra torturou as mentes dos que por lá passaram. E foram cerca de um milhão.

No cerne de toda a questão, ainda agora, se sentem constrangimentos, regateando-se reconhecimento simbólico, que urge enfrentar sem vergonhas, louvando e dando disso provas públicas, aos que ao serviço da Nação, concordando ou discordando de atitudes políticas, por Ela combateram e se deram.

O Natal, o "adeus até ao meu regresso" faz-me pensar que a família portuguesa tem de reconciliar-se e orgulhar-se dos seus combatentes, exaltando-os como o merecem, e sentindo a honra de os ter tido.

Não é este o símbolo do presépio? Os militares já os têm... •

O Natal na ADFA é motivo de encontro entre associados e amigos. Esta secção é dedicada aos convívios realizados por todo o País.

Castelo Branco Ambiente festivo

A Delegação de Castelo Branco realizou a sua festa de Natal no dia 18 de Dezembro, reunindo cerca de 50 associados, familiares e amigos num almoço no restaurante "O Convento".

José Garrido, presidente da direcção da Delegação de Castelo Branco, considerou a festa "muito boa, com um ambiente muito agradável de convívio entre os associados e os restantes convidados".

Os Órgãos Sociais da Delegação presidiram à celebração do Natal albacastrense e lamentaram o facto de não se ter registado maior participação, realçando no entanto a importância de dinamizar estas iniciativas, pelo valor de que se revestem junto dos associados.

As esposas dos associados e outras senhoras presentes receberam uma oferta da Delegação.

Coimbra Almoço-convívio de Natal

FOTO: RAFAEL VICENTE



Um conjunto de três músicos - os "Taronitos", de Condeixa - anunciava a chegada dos associados e amigos que se reuniram no Centro de Convívio do Carvalho, em Coimbra, para celebrar o Natal da Delegação no passado dia 11 de Dezembro.

Os Órgãos Sociais Nacionais marcaram a sua presença na festa e as delegações de Viseu, Famalicão e Porto também se associaram à iniciativa.

Entre as 142 pessoas presentes houve quem reputasse de "muito boa" a festa organizada pelo Natal, também considerada como um meio de estabelecer o encontro de associados e amigos da zona de Coimbra.

Ficou o abraço colectivo de todos os associados e familiares presentes que manifestaram a sua alegria em poder participar em mais um encontro associativo.

Évora Celebrar o encontro

FOTO: FARINHO LOPES



"Esta é a festa da família que recupera os contactos daqueles que, ao longo do ano, não puderam encontrar-se", referiu o presidente da Câmara de Estremoz, Luís Mourinha, que participou na Festa da Delegação, no pavilhão dos Bombeiros em Estremoz, no dia 18 de Dezembro.

Cerca de 150 associados e outros convidados participaram no almoço-convívio em que também estiveram presentes o representante do governador civil de Évora, Francisco Chalaça, os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais, os membros dos Órgãos da Delegação, representantes do Núcleo de Évora da Liga dos Combatentes e dos Bombeiros de Estremoz.

A celebração do Natal contou com a actuação dos "Bonecos de Santo Aleixo", que têm uma longa tradição de divertimento entre os naturais das terras alentejanas e que divertiram miúdos e graúdos com as "deixas" que aponta-

vam ao público. Todos gostaram de participar e de trocar umas palavras com o boneco que conduzia a actuação. "Foi uma boa ocasião para recordar outros tempos, em que este era o divertimento por excelência", avançaram alguns associados.

No fim da festa o ELO visitou as instalações do jornal regional "Brados do Alentejo", em "excursão" guiada pelo director da publicação, associado Inácio Grazina e pelo chefe de redacção, associado João Jaleca.

Famalicão Filmes e prendas para todos

FOTO: ANABELA VIEIRA



Em Famalicão a festa de Natal teve lugar no dia 12 de Dezembro e contou com a participação de mais de uma centena de crianças. Mas porque o Natal não escolhe idades também os adultos não deixaram de participar.

A Delegação de Famalicão abriu a sua festa a filhos e netos dos associados, justificando-se, deste modo a grande adesão. A sala do cinema foi pequena para acolher todos os participantes. Após alguns momentos de confusão, os pais e avós foram convidados a passar para uma sala ao lado onde puderam assistir a um filme mais apropriado para as suas idades. Afinal, a história daquele boneco de madeira e das suas peripécias, que dá pelo nome de Pinóquio, apesar dos tempos, continua a ser uma história destinada, sobretudo, aos mais novos.

A grande confusão instalou-se no momento da distribuição dos presentes. O Pai Natal fez-se representar pelos dirigentes da Delegação de Famalicão que não tiveram mãos a medir e lá foram satisfazendo os pedidos dos mais pequenos.

Faro Almoço de Natal

FOTO: DELEGACÃO DE FARO



Os Órgãos Sociais Nacionais estiveram presentes na festa de Natal organizada pela Delegação de Faro, em que participaram no almoço-convívio 148 associados e familiares, com comes e bebes à descrição e um conjunto musical para animação do encontro.

Usaram da palavra o presidente da Delegação de Faro, Nicolau Rufino, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, José António Morte, o presidente do Conselho Fiscal Nacional, Horta Carneiro, e o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício.

O almoço decorreu com a normal alegria associativa, com belos manjares que incluíram entradas de marisco e leitão, presunto, queijo e pasteis de bacalhau e marisco, arroz de marisco à descrição, entrecosto, entremeadas e frango no churrasco com batatas fritas e salada, vinhos, águas e sumos à descrição, salada de frutas, arroz doce e cafés.

Os associados apreciaram bastante a iniciativa e mais uma vez mostraram o seu espírito de coesão associativa em torno deste pólo de dinamização da ADFA em Faro.

Funchal Música e muita alegria

FOTO: DELEGACÃO DO FUNCHAL



A Delegação da ADFA na Madeira realizou no passado dia 5 de Dezembro a já tradicional Festa de Natal para associados, seus filhos e netos, no restaurante "A Parreira", com a participação de 160 pessoas, contando com o apoio do Quartel-General da Zona Militar da Madeira.

Os Órgãos Sociais da Delegação estiveram presentes, e a Direcção Nacional fez-se representar pelo primeiro vice-presidente, Catarino Salgado que numa breve intervenção informou os presentes sobre a situação legislativa e sobre a posição da ADFA perante a legislação.

A animação musical esteve a cargo do artista convidado "DANY", e com a participação especial do duo "Marco e João". O Pai Natal fez a distribuição dos brinquedos oferecidos pela Delegação aos filhos e netos dos associados presentes nesta festa.

Foram efectuados vários sorteios, como forma de animar a festa e a participação dos presentes.

Porto Festa com espectáculo

FOTO: ANABELA VIEIRA



A Delegação do Porto realizou a sua festa de Natal no passado dia 18 de Dezembro.

Abel Fortuna "despiu a farda" de presidente da direcção da Delegação e fez as honras da casa, apresentando um pequeno espectáculo, que começou com um momento musical. As cantigas não eram de Natal mas alegraram toda a gente.

Uma demonstração de Karaté deixou todos os miúdos aos saltos, entusiasmados com a ideia de também eles aplicarem alguns golpes.

Entretanto, chegaram os ilusionistas que, com os seus passes de magia, foram deixando os mais pequenos boquiabertos e acima de tudo curiosos, questionando-se onde estariam escondidas as pombas.

A festa terminou com mais um momento musical. O reportório foi condicionado pelos desejos dos mais pequenos que preferiram eles próprios cantar as músicas dos Excesso e dos Santa Maria. Claro que para finalizar também foi cantado e desejado "a todos um bom Natal".

Viseu Convívio associativo

FOTO: FARINHO LOPES



No passado dia 4 de Dezembro a Delegação de Viseu reuniu com os seus associados, familiares, Órgãos Nacionais, delegações do Porto,

Famalicão, Bragança, Coimbra, Castelo Branco e convidados, num almoço-convívio.

O local escolhido foi o Regimento de Infantaria 14, que foi cedido pela Região Militar Norte e fomos acolhidos como se na nossa própria casa estivéssemos. O nosso bem haja ao Comandante Aguda e a todos que servem sob as suas ordens.

Feita a recepção aos convidados, entre os quais a presença amiga do Sr. Presidente da Câmara de Viseu, acompanhado do vice-presidente, entre outros. Foi colocada uma coroa de flores em homenagem aos Deficientes das Forças Armadas falecidos.

Terminada a Missa, seguiu-se a bênção da carrinha de nove lugares para os serviços da Delegação. A viatura foi adaptada para que o dirigente associativo, mesmo grande deficiente, possa conduzi-la e seja útil à ADFA, evitando assim a necessidade de recrutar um motorista, operacionalizando as direcções, os órgãos, levando-os directamente ao encontro dos associados quando e onde for necessário. O presidente da Câmara felicitou a ADFA pela concretização de mais este projecto útil e necessário ao cidadão deficiente, com a mobilidade reduzida, desejando os maiores êxitos, locais e nacionais estando, como sempre esteve, ao lado dos DFA.

Foi notada a grande vontade da Delegação de Viseu para fortalecer a autonomia dos associados portadores de deficiência que possam vir a colaborar com a Delegação.

Partimos de seguida para uma das Messes do RI-14, onde um almoço saboroso já esperava por nós, confeccionado e servido pela cozinha do Regimento de Infantaria 14.

Sede Festa de Natal na Sede

FOTO: FARINHO LOPES



Decorreu no passado dia 18 de Dezembro o almoço-convívio de Natal dos trabalhadores da Sede Nacional, aberto também este ano aos familiares e associados.

O encontro contou com uma ementa composta por bacalhau assado com batatas a murro e bifinhos para as crianças, acompanhados com bom vinho caseiro, sumos, doces e bolo rei.

Após o almoço assistiu-se à actuação do conjunto musical "Os Traquinas" que deliciaram os presentes com trechos alusivos à época e não só.

Todos os presentes receberam as lembranças que lhes foram entregues pelo Pai Natal Horta Carneiro vestido a rigor, como manda a tradição.

A criançada vibrou com a música e com o célebre amigo do Pólo Norte, que a todos acarinhou, enquanto entregava as prendas.

Estiveram presentes cerca de 60 pessoas incluindo alguns elementos da Direcção Nacional, que lamentaram o facto de este convívio ter tido a fraca adesão dos trabalhadores.

Confraternização em Cuba

À semelhança dos anos anteriores, a Comissão dos ex-Combatentes de Cuba e Residentes realizou o tradicional almoço de confraternização natalício, na cantina da escola Básica Integrada C+S de Cuba, Beja.

"Não queremos deixar cair no esquecimento o almoço de confraternização que anualmente vamos realizando", disseram os organizadores, lembrando que este dia 11 de Dezembro representa o reencontro de amigos que nem sempre podem encontrar-se.

A concentração logo pela manhã foi seguida de uma romagem ao monumento dos Ex-Combatentes no jardim dos Combatentes da Grande Guerra.

A ADFA também esteve presente na pessoa do seu primeiro vice-presidente da DN, Catarino Salgado.

Aniversário da Delegação do Porto

Unidade e Solidariedade

A Festa do 25.º Aniversário da Delegação contou com a presença dos órgãos autárquicos numa cerimónia que reuniu mais de meio milhar de convidados

Foi sob o lema "Solidariedade e Unidade" que a Delegação do Porto da ADFA assinalou, nos passados dias 7 e 8 de Dezembro, a passagem do seu 25º aniversário. Mais de meio milhar de pessoas, entre entidades civis e militares, associados e familiares aderiram ao convite feito pela Delegação e estiveram presentes nos vários momentos destas comemorações carregadas de simbologia associativa.

Visivelmente emocionado, Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto, abriu a sessão solene comemorativa deste quarto de século de vida da Delegação salientando "o trabalho de todos quantos ao longo destes 25 anos deram o seu esforço e empenhamento por uma causa que é justa e que é de todos". Um agradecimento especial foi dirigido aos sócios que "souberam dizer presente e apoiaram a Delegação sempre que foi necessário". "Estamos cá porque acredita-mos em valores e convicções", referiu o presidente e, em jeito de conclusão, afirmou que "mais do que discursos é o sentir que estamos com a ADFA e com a Delegação do Porto".

A Câmara Municipal do Porto fez-se representar por Celeste Ribeiro que em breves palavras salientou o importante trabalho que a ADFA tem vindo a desenvolver ao longo de 25 anos de existência. "A obra cresceu, o que é sintomático de um enorme trabalho em prol

dos associados, por isso - acrescentou - esta Associação é merecedora do apoio e solidariedade de todos os portugueses".

Estas palavras foram reiteradas por Alfredo Fontinha, o presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, que de igual modo enalteceu o trabalho da Delegação do Porto da ADFA junto da comunidade local.

Solidariedade em vez de caridade

Num discurso mais alargado, Jorge Maurício, o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, referiu que "ficamos sempre aquém daquilo que deve ser dito quando se comemoram 25 anos de vida de uma instituição". No entanto, não deixou de salientar que "o trabalho desta Delegação que tem sido notável e que em muito tem contribuído para o prestígio da ADFA quer em termos nacionais quer em termos locais".

"Volvidos 25 anos, o dossier da guerra colonial continua por encerrar", disse Jorge Maurício. E, na verdade, os números sustentam isso mesmo, já que, actualmente, existem na ADFA cerca de 5 mil sócios pendentes à espera de solução para os seus casos.

O presidente referiu ainda que "neste momento, já só deveríamos estar apenas preocupados com a nossa 3ª idade, mas na verdade, ainda temos de continuar a lutar por aqueles cujos prejuízos ainda não foram repa-



Sessão Solene que assinalou o 25.º Aniversário da Delegação

rados". A concluir a sua intervenção, o presidente acrescentou que "apesar do muito trabalho que ainda há por fazer, visto que a tarefa é gigantesca, uma coisa temos conseguido que é substituir a palavra caridade por solidariedade".

Os discursos foram encerrados por Henrique Rodrigues, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, que começou por ler um pequeno extracto da acta da primeira reunião que levou à criação da Delegação do Porto, a 7 de Dezembro de 1974, um documento que deixa bem vincados os valores e reivindicações que viriam a pautar, durante 25 anos, a conduta da Delegação do Porto. "Desde sempre estiveram bem presentes dois valores e duas reivindicações", referiu o presidente e explicita "como valores, a unidade e solidariedade, como reivindicações, o direito à reabilitação e integração". Explicando de forma breve estes conceitos, Hen-

rique Rodrigues referiu que "somente juntos seremos capazes de encontrar o melhor caminho para levar à prática os nossos objectivos". Por outro lado, disse que "temos que demonstrar que um deficiente não é um peso morto, mas sim um cidadão, como qualquer outro que produz e que de forma alguma está disposto a que a vida lhe passe ao lado". Por fim, salientou ainda que "o percurso da Delegação do Porto deve-se ao esforço, ao saber e à perseverança de todos que ao longo de 25 anos deixaram uma mais valia, aos colaboradores que nunca regateram esforços e sobretudo aos associados que sempre que solicitados, souberam dizer sim com a sua presença apoiando a Delegação do Porto".

O dia 7 terminou com uma toada lúdico-musical com a actuação da Tuna Orfeão de Grijó, Vila Nova de Gaia, e com um porto de honra. •

A.V.

Um regresso às origens no Regimento de Infantaria 6



FOTO: ANABELA VIEIRA

Momentos antes do descerramento da lápide na Escola Prática de Transmissões

A Delegação do Porto foi ao antigo Regimento de Infantaria 6 para descerrar uma lápide comemorativa das origens da vida associativa na cidade invicta

A Escola Prática de Transmissões (antigo Regimento de Infantaria 6) foi o local escolhido para receber os mais de 500 associados e familiares que se quiseram associar às comemorações dos 25 anos da Delegação do Porto. Uma escolha carregada de significado associativo, já que foi neste local que, a 7 de Dezembro de 1974, teve lugar a primeira reunião de deficientes militares e de onde resultou a criação da Delegação do Porto.

A assinalar a data, foi descerrada, no átrio do quartel, um dos locais nobres do edifício, uma lápide alusiva ao acontecimento e onde se pode ler a inscrição: "Comemoração do 25.º Aniversário da fundação, em reunião neste quartel, da Delegação do Porto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. 7 de Dezembro de 74 - 7 de Dezembro de 99".

Este momento foi testemunhado por centenas de convidados, entre os quais o segundo comandante do quartel, que afirmou que "a colocação desta lápide simboliza o reconhecimento daqueles que juraram defender a pátria mesmo com a própria vida", acrescentando ainda que, desta forma, "foi deixada uma marca indelével de ligação entre a ADFA e esta casa".

Para Henrique Rodrigues, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação o descerramento desta lápide "ficará a assinalar a vontade dos homens que achavam que a

via do associativismo era a melhor forma de alcançar a plena integração na sociedade".

Almoço Convívio

As comemorações do 25º aniversário, culminaram com um grande almoço convívio, no refeitório da Escola Prática de Transmissões, que contou com a presença de todos os associados e familiares presentes. Nem o frio dissipou o clima de festa existente. Os Rojões à Moda do Minho aconchegaram os convivas.

A tarde, a que não faltaram os discursos e os parabéns à Delegação do Porto, foi animada pela banda de música da Região Militar Norte.

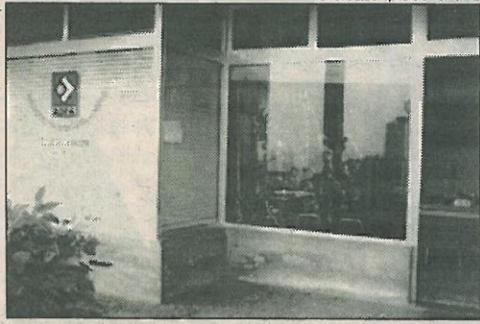
Foi com a voz embargada que Abel Fortuna fez o seu discurso. Palavras breves para agradecer a presença de todos e reafirmar o lema destas comemorações que se pautaram pela Unidade e Solidariedade.

O presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório proferiu o seu discurso, fazendo um pequeno balanço do que foram os 25 anos de vida da ADFA, não deixou de se referir ao futuro. A terceira idade será a grande aposta. No entanto, disse, "não nos podemos esquecer dos nossos camaradas que continuam com a suas situações por clarificar". •

A.V.

Funchal Melhorias nas comparticipações da ADME

FOTO: DELEGAÇÃO DO FUNCHAL



A Delegação da ADFA na Madeira recolheu algumas informações junto do Quartel General da Zona Militar da Madeira (QG-ZMM), situado no Palácio de São Lourenço, no Funchal, que trazem novidades aos associados da região, nomeadamente, a Delegação foi informada de que o ano 2000 vai trazer melhorias nas condições de pagamento das comparticipações das despesas de saúde da ADME.

A sub-secção financeira do QG-ZMM vai passar a fazer as comparticipações por transferência bancária, pelo que todos os associados da ADFA devem preencher uma ficha de autorização que se encontra disponível na Delegação da ADFA na Madeira ou no QG-ZMM.

A direcção da Delegação considera que esta alteração "irá trazer benefícios a todos os nossos associados, pois todos os dias éramos confrontados com reclamações sobre o funcionamento deste serviço prestado no QG-ZMM".

Os associados podem deixar os documentos de "despesas médicas" nos serviços da Delegação da ADFA, e posteriormente serão reembolsados na conta bancária indicada na ficha. •

Novos contactos telefónicos

Foram alterados os números de telefone do Quartel-General da Zona Militar da Madeira e do respectivo Posto Médico situado na Quinta Deão, cujos novos contactos passam a ser: QG-ZMM - 291 204 900 e Posto Médico e Enfermagem - 291 204 928 ou 291 204 900. •

Funcionamento do Posto Médico

O Posto Médico e de Enfermagem da Zona Militar da Madeira, situado na Quinta Deão, no Funchal, pode ser utilizado pelos associados da ADFA e seus familiares portadores do cartão da ADME.

O atendimento funciona das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, para serviço de enfermagem e para levantamento das guias de consulta para os médicos convencionados.

As consultas de Medicina Interna (Clínica Geral) são às quartas, quintas e sextas a partir das 14h00, com o Dr. Luís de Freitas. As inscrições para estas consultas fazem-se no próprio

dia, das 14h00 às 14h30, ficando o beneficiário a aguardar a sua vez de atendimento pelo médico.

Este Posto Médico recebe inscrições para dois médicos dentistas (Dr. Tito Noronha e Dr. João Bosco). Os associados interessados em marcar consulta de dentista devem inscrever-se, bem como os restantes familiares, com o cartão da ADME. Estes tratamentos não são pagos pelo doente, pelo que as consultas demoram cerca de oito meses desde a data da marcação, pois os médicos apenas aceitam quatro requisições da ADME por dia.

Para os restantes médicos convencionados, os associados da ADFA, beneficiários da ADME devem dirigir-se a este posto de socorros para obter a Guia de Consulta, que é válida por 90 dias. •

Objectivos para o ano 2000

A direcção da Delegação da ADFA na Madeira enviou ao ELO as seguintes metas para o ano 2000, com o intuito de informar os associados:

- 1) Verificar o funcionamento da nova modalidade de pagamento da comparticipação das despesas de saúde.
- 2) Negociar com a PETROGAL, o funcionamento do cartão GALP/Frota/ADFA na Madeira.
- 3) Renegociar com a Porto Santo Line, um pacote de preços de transporte e hotel para a Ilha do Porto Santo, quer para os associados quer para os familiares.
- 4) Verificar com a TAP, a existência da redução de 50 por cento no preço da tarifa aérea para o Porto Santo.
- 5) Renegociar o acordo de desconto comercial celebrado com a agência de viagens PORTIMAR - situada no Centro Comercial do Infante - Funchal.
- 6) Negociar um acordo com o IASFA, que permita a utilização do centro de férias do Porto Santo (CEREPOSA) pelos associados da ADFA, deficientes em serviço.
- 7) Realizar diversas deslocações ao Porto Santo, em datas a combinar, com alojamento e alimentação nas instalações militares existentes. Pretende-se viajar de barco. O alojamento no Destacamento Militar do Porto Santo, implica que os homens ficarão numa caserna e as mulheres e crianças em outra caserna separada.
- 8) Queremos fazer o levantamento dos associados interessados nessas deslocações ao Porto Santo.
- 9) Participação activa no Congresso Nacional da ADFA, a realizar em Abril próximo.
- 10) Realização do Convívio de Verão ao ar livre, nas serras da Madeira.
- 11) Possível realização de um passeio de oito dias por Portugal Continental, visitando algumas delegações da ADFA.
- 12) Realização da Festa de Natal no início do mês de Dezembro.

A direcção da Delegação referiu ainda que "para o futuro, pretendemos encontrar novas instalações para a ADFA Madeira, pois as actuais são muito acanhadas, não permitindo o aumento da participação associativa." Para tal,

a Delegação vai contactar com as entidades governamentais, no sentido de sensibilizar essas entidades para a resolução deste problema.

No aspecto militar, a Delegação planeia reforçar os laços que unem a ADFA às entidades militares, procurando participar nas iniciativas levadas a efeito na Zona Militar da Madeira, aumentando a presença associativa e solicitando o apoio logístico necessário à realização de actividades da Associação. •

Relação de médicos ADME

- CIRURGIA GERAL - Dr. Drumond Borges
- Centro Comercial do Infante, 75 - 2º - Funchal
- Consultas 2ª, 4ª e 5ª às 15 horas
- Telefone 291 230 900
- PSIQUIATRIA - Dr. Nóbrega Fernandes
- Rua 31 de Janeiro, 75 - 1º Direito - Funchal
- Consultas de Tarde
- Telefone 291 235 782
- DERMATOLOGIA - Dr. Camacho de Freitas
- Rua António José de Almeida, 25 - 6º A - Funchal
- Consultas 2ª, 3ª, 5ª e 6ª às 14 horas
- Telefone 291 226 410
- ORTOPIEDIA - Dr. Jaime Jardim Fernandes
- Rua das Pretas, 92 - 1º andar - Funchal
- Consultas 2ª, 4ª e 6ª às 14 horas
- Telefone 291 223 700
- OTORRINOLARINGOLOGIA - Dr. Alivar Jones Cardoso
- Rua do Aljube, 61 - 2º Direito - Funchal
- Consultas 4ª e 6ª às 17 horas
- Telefone 291 221 879
- OFTALMOLOGIA - Dr. Rui Pereira
- Rua do Carmo, nº 2 - 1º sala 12 - Funchal
- Consulta 2ª às 16h30m, 6ª às 15h30m
- Com Marcação.
- Telefone 291 231 715
- OFTALMOLOGIA - Drª Rita Portela
- Calçada São Lourenço nº5 - 3º sala C - Funchal
- Consultas 3ª e 6ª das 16h às 18 horas
- Telefone 291 202 890
- MEDICINA DENTÁRIA - Dr. João Bosco
- Calçada São Lourenço nº 5 - 2º sala E - Funchal
- Consultas todos os dias (requisição)
- Telefone 291 224 185
- MEDICINA DENTÁRIA - Dr. Tito Noronha
- Rua do Seminário, nº 11 - 1º - Funchal
- Consultas todos os dias (requisição)
- Telefone 291 231 689
- MEDICINA INTERNA - Dr. Luis Freitas
- Posto de Enfermagem ZMM - Deão - Funchal
- Consultas 4ª, 5ª e 6ª às 14 horas
- Com Marcação
- Telefone 291 204 928

Ponta Delgada Reuniões com comando da zona operacional

A direcção da Delegação de Ponta Delgada esteve reunida no dia 30 de Novembro último e decidiu marcar audiências com o comandante da zona operacional dos Açores para apresentação de cumprimentos e das preocupações sobre a

possível cedência das antigas instalações da Grotnha, assim como com o secretário Regional de Habitação e Obras Públicas sobre a necessidade urgente de se proceder a obras no edifício-sede, considerando o estado actual de degradação em que o mesmo se encontra (em risco de ruir a qualquer momento).

Também se realizou tal como estava previsto a festa convívio de Natal entre associados desta Delegação no dia 12 de Dezembro de 1999. •

Porto Troféu em bronze

Para assinalar estes 25 anos de existência da Delegação do Porto, foi feito um troféu alusivo à data. O tema é o mesmo do quadro que está exposto no salão da Delegação e retrata um momento vivido por muitos ex-combatantes. Um ferido é ajudado por um colega, o que simboliza do espírito vivido na ADFA.

A autoria do troféu é do arquitecto e associado Teixeira Leite. Foi produzido em bronze, pesa três quilos e está à venda na Delegação do Porto. •

Viseu Carrinha para Viseu

FOTO: FARINHO LOPES



Na sequência do convívio associativo de Natal, integrado no 25º Aniversário da ADFA e da forma como o programa do computador funciona, é impossível quantificar os donativos, que gentilmente foram ofertados pelos associados, no mês de Novembro e Dezembro, até à data do convívio.

Assim, a Delegação de Viseu pede desculpas por não publicar os nomes de quem contribuiu com o seu donativo, o que vai passar a fazer, sempre que chegue qualquer donativo a partir dessa data. •

Reuniões para o IV Congresso

A Delegação de Viseu está a preparar reuniões com os associados para debater as propostas ao IV Congresso da ADFA já apresentadas e outras que eventualmente entendam propor-se. A Delegação aguarda contactos de associados que queiram participar em reuniões descentralizadas e solicita a sua participação nas reuniões já marcadas para o dia 15 de Janeiro, na sede da Delegação de Viseu, e para 22 de Janeiro, nas instalações do Núcleo da Guarda, ambas às 14h30. •

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda
representante exclusivo da

KEY
technologie

em transformações de viaturas para deficientes

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 351-34-59 81 61 * fax: 351-34-59 81 62 * jamacedo@mail.telepac.pt

CAVALHEIRO

54 anos, viúvo, reformado do Exército, casa própria, gostaria de conhecer senhora viúva divorciada ou solteira, dos 55 anos aos 60 anos, com boa apresentação. Assunto sério.

Tel. 21 980 25 57

QUARTO PRECISA-SE

Deficiente precisa de quarto com lavagem de roupa.

Resposta ao ELO n.º 293

Congresso da ADFA do Ano 2000

Convocatória

Um grupo de sócios preocupados com o escasso interesse que o congresso de Abril próximo está a suscitar entre os sócios, e por pensarem que o mesmo, se for participado, poderá vir a ser extremamente positivo, não para uma "ADFA do Futuro", mas para a construção de uma ADFA com Futuro, que possa acompanhar-nos na terceira idade que se aproxima e reponha os princípios para os quais foi criada nos idos de 74, que são os princípios da solidariedade, do companheirismo, da camaradagem e da amizade, em que todos teremos de ter os mesmos deveres e direitos, convidam os associados para uma reunião a realizar a 21 de Janeiro de 2000, pelas 18h30, na Sede da ADFA, a fim de trocarmos ideias e definirmos qual vai ser a nossa participação.

Todos os sócios interessados em apresentar ideias que gostariam de ver discutidas, devem enviá-las, por escrito, ao cuidado de Artur Vilares, para a Sede da ADFA em Lisboa, o mais tardar até 15 de Janeiro.

Se estás interessado em que a ADFA seja um espaço onde possas expor e discutir livremente as tuas ideias,

Se estás interessado em que a ADFA seja cada vez mais a defensora intransigente dos teus direitos frente aos poderes instituídos, e não fique reduzida a uma espécie de repartição pública burocratizada, onde te sentirás cada vez mais estranho e mal recebido,

Vem à reunião do dia 21 de Janeiro e em

conjunto vamos discutir ideias para o próximo congresso.

Vamos colocar a ADFA ao Serviço de todos os deficientes militares, quer tenham adquirido a deficiência em combate ou em serviço, não esquecendo aqueles que estando ao serviço das Forças Armadas não lhes foi reconhecido "nexo de causalidade" não lhes sendo por isso reconhecido o direito a pensão.

Vamos, neste 1º ano do século XXI e no 1º do 3º milénio, obrigar os governantes a resolverem de vez todos os problemas que ainda subsistem e que deveriam ter sido resolvidos há 24 anos.

Vamos exigir-lhes tudo aquilo a que temos direito. Com toda a força que ainda nos resta. Com toda a força moral que sempre teremos.

Nós não pretendemos ser donos da verdade, apenas queremos discutir os problemas que nos afligem e este congresso pode ser a grande oportunidade para o fazer. E dessa discussão nenhum sócio deve ser excluído.

Por tudo isso, vem participar no debate. Por uma ADFA com Futuro sempre preocupada com os problemas do presente!

Garcia Miranda/Armando Alves/
Artur Vilares/Luis Machado/Carmo Vicente/
Gaspar Arruda/Armando Roque/Isaac
Rodrigues/Fernando de Sousa/Couto Ramos/
Guedes da Fonte/Capela Gordo/José Maia

Debater agora, é prevenir o amanhã!

O debate de ideias sempre constituiu a forma privilegiada, de os homens encontrarem, em conjunto, os grandes rumos que haveriam de nortear os seus passos, ao longo dos séculos.

Foi, assim, a discussão de interesses colectivos, e a forma de os transpor para a prática, que deu razão de ser à necessidade, sentida pelos cidadãos, de se unirem na defesa daquilo que, para eles, era considerado legítimo. Essa exigência levaria à criação das associações patronais, sindicais, de classe, de interesses e carências, e de tantos outros objectivos sociais e culturais.

Não foi diferente a origem da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, fundada somente há 25 anos, por razão da política, mas que, a partir daí, se instituiu em fulcro da defesa dos direitos dos deficientes militares, quanto à reparação moral e material dos danos que lhes causou o serviço prestado à comunidade.

Ora, se decidimos a criação da ADFA, isso deveu-se ao motivo de termos a garantia de que ninguém, para além de nós mesmos, se preocuparia com os problemas que nos afligiam (e que diversificados e complexos eles eram!). Hoje, eles são seguramente de maior envergadura, e tendem a agravar-se a uma velocidade mais rápida do que o relâmpago,

que constitui o célere deslizar do tempo na nossa fase etária.

O futuro para nós já começou! Ele não se compadece com o facto de nos reclinarmos, na margem do seu curso, a vê-lo passar. O enfrentar os seus desafios, numa altura em que se degradarão, e cada vez mais, as nossas capacidades físicas e psíquicas, é tarefa que, longe de poder esperar, já devia estar iniciada e com objectivos perfeitamente traçados.

É esta a oportunidade apropriada, e talvez única, de em definitivo arrancarmos da lentidão das nossas vontades, para exigirmos, de nós próprios, os sentimentos de solidariedade e companheirismo, e da sociedade, o reconhecimento do correcto e eficaz acompanhamento das maiores dificuldades, que se nos vão deparar na saúde e na integração social e familiar.

Recusar agora a participação no debate e equacionamento destas questões vitais, é ignorar o dia de amanhã e um perigoso desprezo, pelo inevitável avanço da idade e consequente degradação da nossa actual qualidade de vida.

Ao não prevenirmos o futuro, estamos a pedir aos outros que o façam por nós, e eles, seguramente, não o irão fazer para isso!...

A Comissão Organizadora

Destques do Regulamento do IV Congresso da ADFA

Continuam a destacar-se partes do Regulamento do IV Congresso, já com a introdução das actualizações promovidas nas reuniões do Conselho Nacional, incluindo as do ocorrido em 27 de Novembro findo.

Os excertos, que seguidamente se divulgam, depois da parte difundida no "ELO" anterior, correspondem aos artigos que se afiguram de maior actualidade no presente momento, indo a Comissão Organizadora promovendo, dentro desta perspectiva, a divulgação de todo o Regulamento antes da realização do IV Congresso.

O Conselho Nacional, assumindo-se como garante da unidade e coesão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e querendo que se mantenha a necessária dinâmica, com vista à realização dos objectivos primordiais previstos estatutariamente, delibera, na sua reunião de 28 de Março de 1998, promover, em cumprimento da alínea l) do Artº 36º dos Estatutos, a realização do IV Congresso Nacional, o qual se regerá pelo seguinte regulamento:

1 - Objectivos

1 - Perspectivar a ADFA, em concordância com a dinâmica social actual, desenvolvida nos níveis nacional e internacional, em ordem a que sejam prosseguidos os objectivos globais e permanentes da ADFA;

2 - Para tal, deverá o IV Congresso tratar as seguintes matérias:

2.1 - Reabilitação e qualidade de vida, na actual e futura fase etária dos associados.

2.1.1 - Reivindicação de direitos/legislação;

2.1.2 - A terceira idade do deficiente e a família;

2.1.3 - Política Nacional de Lares;

2.1.4 - Prestação de cuidados de saúde pelas estruturas militares e Serviço Nacional de Saúde.

2.2 - Relacionamento externo da ADFA a nível nacional e internacional.

2.2.1 - Estruturas nacionais de reabilitação e integração de pessoas com deficiência;

2.2.2 - Relacionamento com os poderes públicos e instituição militar;

2.2.3 - Posição da ADFA perante o movimento associativo nacional de deficientes e para deficientes;

2.2.4 - Postura internacional (ADFA/FMAC);

2.2.5 - Posicionamento da ADFA perante a cooperação com as organizações de deficientes militares dos Países Africanos Lusófonos;

2.3 - Desenvolvimento da ADFA

2.3.1 - Definição do papel da ADFA como organização exclusivamente reivindicativa ou eminentemente reivindicativa e prestadora de serviços;

2.3.2 - Definição sobre se os projectos de desenvolvimento devem servir só os associados ou estar dirigidos também ao exterior;

2.3.3 - Definição do quadro jurídico em que devem assentar os sectores produtivos/desenvolvimento da ADFA;

2.4 - Definição da orgânica estatutária da ADFA (Adaptação da estrutura associativa perante as novas correntes de regionalização)

2.4.1 - Relação Inter-Órgãos Sociais Nacionais e entre estes e os das Delegações;

2.4.2 - Relacionamento inter-Órgãos Sociais das Delegações e entre estas;

2.4.3 - Definição das estruturas representativas dos associados da ADFA nos PALOP.

2.4.4 - Definição estrutural dos Núcleos e áreas mínimas de implantação a nível nacional;

III - Preparação

Art.º 7.º

Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Nacionais e Locais devem apoiar a Comissão Organizadora do IV Congresso e as Comissões de Delegação, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance, para a realização das tarefas que lhes estão cometidas.

Art.º 8.º

Os associados poderão apresentar, individualmente ou em grupo, temas enquadrados nos objectivos do presente Regulamento, cabendo à Comissão Organizadora avaliar do

enquadramento dos temas nos objectivos do Congresso.

Art.º 9.º

A Comissão Organizadora Nacional e as Comissões de Delegação providenciarão, durante os meses de Novembro e Dezembro de 1999 e Janeiro de 2000, a realização de reuniões de associados, para debater os temas a levar a Congresso.

Art.º 10.º

Todos os temas, já discutidos, deverão ser apresentados à Comissão Organizadora, até 31 de Dezembro de 1999.

Art.º 11.º

A Comissão Organizadora do Congresso providenciará, até 3 de Março de 2000, a divulgação de todos os temas pelas Delegações, promovendo ainda a sua publicação no Jornal "ELO".

IV - Realização

Art.º 12.º

O IV Congresso efectuar-se-á em Lisboa, em princípio, nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 2000.

Art.º 20.º

O IV Congresso será constituído:

a) Pelos membros do Conselho Nacional;

b) Por delegados eleitos em Assembleia Geral Nacional Eleitoral, de harmonia com o Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 22.º

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral a que se refere a alínea b) do art.º 20.º efectuar-se-á a 18 de Março de 2000.

Art.º 23.º

Os delegados serão eleitos por escrutínio secreto, mediante listas nominais, utilizando-se para o apuramento o método previsto no Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 24.º

1 - O número de Delegados efectivos a eleger por Delegação será correspondente a 1% dos respectivos associados, no mínimo de 3, na situação de quotas em dia à data da convocatória do acto eleitoral.

2 - As listas deverão conter candidatos su-

plentes em número igual a 50% dos efectivos, até ao máximo de dez.

Art.º 25.º

1 - As listas com os nomes dos delegados, elaboradas de acordo com o Regulamento Eleitoral, deverão ser apresentadas às MAGD até 25 de Fevereiro de 2000, que as remeterão à MAGN no prazo de 48 horas.

2 - As listas de associados da área da Sede serão apresentadas directamente à MAGN.

Art.º 26.º e Art.º 27.º

Os associados que apresentarem temas para o Congresso e não forem eleitos, poderão intervir no mesmo para os defender.

VII - Disposições Finais

Art.º 36.º

Competirá à Comissão Organizadora do IV Congresso o esclarecimento de todas as omissões ou dúvidas suscitadas pelo presente Regulamento, em observância dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da ADFA.

Calendário do IV Congresso

2000.JAN.31 - Continuação e conclusão do debate sobre os temas apresentados. Data limite para a entrega, às Comissões Organizadoras Nacional e da Delegações, das teses a propor ao IV Congresso. O ELO procederá à publicação da convocatória para a Assembleia-Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, para a eleição dos delegados respectivos.

2000.FEV.25 - Data limite para a análise das teses apresentadas, pela Comissão da Redacção a nomear, a qual, composta por três elementos, integrará um membro da Comissão Organizadora e outro do grupo proponente de cada trabalho, ou o seu autor, se o fizer isoladamente; e data limite para a apresentação das listas de candidaturas de delegados.

2000.MAR.03 - O ELO divulgará integralmente todas as teses, enquadradas nos objectivos do congresso, e as listas de delegados regularmente apresentadas.

Comemorações nacionais em Beja

ADFA intervém na redacção de conclusões

Associativismo e acessibilidades foram os grandes temas de debate das comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

O representante da ADFA nas comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da DN, enviou, em nome dos Órgãos Sociais da Associação, um ofício ao Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) contendo algumas sugestões a incluir nas conclusões finais do encontro realizado entre 2 e 3 de Dezembro, em Beja.

Entre as conclusões, a ADFA realçou a necessidade de que o SNRIPD continue a desenvolver acções de formação de dirigentes das associações de ou para pessoas portadoras de deficiência.

Salientou-se também o interesse em implementar a troca de experiência e a comunicação entre associações, "nomeadamente no respeitante aos projectos apresentados ou em curso nos mais diversos Domínios."

O representante da ADFA referiu ao ELO que a DN endereçou uma outra sugestão ao Secretariado, referente ao critério de atribuição de subsídios por parte do SNRIPD, onde se avançava a hipótese que esse critério tivesse por base "as acções concretas a realizar, apresentadas como projectos dirigidos à reabilitação, integração social e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos portadores de deficiência."

Os grandes temas em debate decorreram em sessões separadas e abordaram questões sobre o Associativismo e Acessibilidades.

Nas participações sobre o primeiro tema, a ADFA interveio referindo o problema das

minorias étnicas, que também fazem parte do panorama associativo da ADFA. "Foram destacados os associados africanos que frequentemente procuram a Associação para acompanhamento das suas situações, por vezes muito precárias", referiu o representante da ADFA no encontro, salientando as dificuldades que esses ex-combatentes portadores de deficiência sentem tanto a nível cultural como a nível social, lembrando as suas dificuldades de inclusão e de expressão.

Associativismo e informação

Na discussão sobre o Associativismo, foi realçada pela CNOD a necessidade de mudar as mentalidades, com recurso a estruturas mais operativas e à busca de parcerias "na concepção, no desenvolvimento e na avaliação das acções". A falta de informação em grande número de associações, que impede a avaliação do que foi feito e do que se propõe ao solicitar apoios ao Estado foi outra das questões levantadas.

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD), que esteve ausente das comemorações em Beja, marcou as divergências existentes no sector associativo. Em comunicado tornado público a 2 de Dezembro, a APD reputou a atribuição do Prémio de Mérito/98 como "uma acção mediática", que "esconde" a ausência de uma política em matéria de reabilitação e integração social dos cidadãos portadores de deficiência. Para a APD, falta regulamentar a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, aprovada em 1989, cumprir a Lei das

acção da empresa em termos de evolução. Helder Fernandes referiu que o Prémio de Mérito tem que ser visto como "um incentivo para conseguir atingir metas maiores."

O segundo classificado foi Eduardo Gonçalves e o terceiro lugar foi ocupado *ex aequo* por Eurico Queirós e José Silva.

A ADFA fez parte do Júri que classificou os candidatos e esteve representada na pessoa de Jerónimo de Sousa.

Ferro Rodrigues, ministro do Trabalho e da Solidariedade, presidiu às comemorações nacionais do Dia internacional da Pessoa com Deficiência e referiu, aquando da cerimónia de entrega do Prémio de Mérito/98, que a criação de postos de trabalho para pessoas com deficiência com o apoio das entidades empregadoras "é um factor essencial" para a integração social dos cidadãos deficientes.

O ministro salientou que o Prémio de mérito funciona como um incentivo que faz parte da solução das questões de integração social e laboral dos indivíduos portadores de deficiência e lamentou o facto de serem ainda poucas as empresas e entidades que compreendem os benefícios que os cidadãos deficientes podem dar a nível empresarial.

Mensagem das Nações Unidas

Em comunicado de 30 de Novembro, Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, referiu que "para muitas pessoas com deficiência, a falta de acesso aos serviços básicos continua a ser uma fonte de discriminação e de perda de oportunidades."



Sessão de debate sobre associativismo

Associações das Pessoas Portadoras de Deficiência e as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades aprovadas pelas Nações Unidas e subscritas por Portugal.

Acessibilidades e barreiras

Numa sociedade em que "todos os dias continuam a criar-se barreiras", a nova legislação que incide sobre o derrube das barreiras arquitectónicas não tem efeito prático. Pilar Mourão Ferreira, do SNRIPD, salientou um dos problemas que contribuem para a ineficácia da legislação: as coimas "relativamente branda", que muitos preferem pagar, mantendo situações que dificultam a acessibilidade.

As conclusões referem ainda as "lacunas no domínio da eliminação de barreiras arquitectónicas", sendo comentado no final do encontro que muito ficou por discutir, incluindo o inquérito recentemente realizado, cujos dados apontam para a existência de um milhão de pessoas portadoras de deficiência em Portugal, das quais apenas cerca de 22 por cento está empregada.

As comemorações contaram ainda com a presença do ministro do Emprego e da Solidariedade, Ferro Rodrigues e do secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha e com a atribuição do Prémio de Mérito/98, para o qual a ADFA também foi candidato.

Rafael Vicente

Prémio de Mérito 98

FOTO: FARINHO LOPES



Atribuição do Prémio de Mérito 98

Foram 69 as empresas que recorreram à medida de Apoio à Contratação de Pessoas com Deficiência e que foram classificadas para a atribuição anual do Prémio de Mérito/98, bem como dez pessoas portadoras de deficiência que iniciaram o seu próprio posto de trabalho através da medida de Apoio à Instalação por Conta Própria.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade entregou o prémio em cerimónia realizada em Beja a três das empresas candidatas - a Brandescom Produtos de Consumo, Lda., EPC, Fábrica de Cozinhãs, Lda. E Baptista e Baía, Confeccões Íntimas, Lda. - classificadas com os três primeiros lugares respectivamente.

Helder Fernandes foi premiado com o primeiro lugar, uma vez que criou uma empresa do ramo informático com sede em Anadia, Coimbra. O jovem de 21 anos salientou a importância deste prémio, que entendeu como o reconhecimento do seu trabalho e da

Kofi Annan lembrou que mais de 500 milhões de pessoas do mundo entende a acessibilidade como educação, trabalho e integração na comunidade. "A acessibilidade é um requisito prévio para que as pessoas com deficiência possam gozar de igualdade de oportunidades", realçou o secretário-geral, destacando ainda que é essencial para que os direitos civis, políticos, sociais e culturais das pessoas com deficiência sejam exercidos, sendo uma das grandes preocupações da ONU.

Aludindo às novas tecnologias e à aprendizagem por meio do computador, cada vez mais difundidas, Kofi Annan considera importante lembrar algumas necessidades especiais "para que a revolução tecnológica possa ser aproveitada por muitos indivíduos com talento".

O secretário-geral da ONU não deixou de referir os 80 por cento das pessoas com deficiência que vivem nos países em desenvolvimento. Lembrou que a maioria nunca utilizou um telefone, e muito menos um computador.

Referiu que "em muitos lugares do mundo, para aqueles que ficaram com uma deficiência, em consequência da subnutrição, da explosão de minas terrestres ou de actos cruéis de terrorismo, o acesso à água potável, aos alimentos e a cuidados básicos de saúde é uma questão de vida ou de morte." Alertou que, para "satisfazer as necessidades básicas destas pessoas deve continuar a ser uma das nossas grandes prioridades."

Kofi Annan deixou ainda um apelo para a reafirmação da "nossa firme decisão de cons-

truir, no novo milénio, sociedades com estruturas acessíveis a todos, capazes de promover a integração e a inclusão e de cuidar de todos os seus membros."

APD demarca-se de comemorações

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) emitiu um comunicado em que se demarcou das comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, no dia 2 de Dezembro, aquando das celebrações em Beja.

A associação referiu-se à atribuição do Prémio de Mérito/98 aos empregadores "que tiveram a 'bondade' de empregar pessoas com deficiência" como sendo uma "acção mediática que visa escamotear a ausência de uma real política em matéria de reabilitação e integração social das pessoas com deficiência." Mas no comunicado, a APD acusou que as pessoas com deficiência sentem já na pele há longos anos o desinteresse dos sucessivos governos em solucionar os grandes problemas de fundo deste sector.

"Não se pode enganar todos durante todo o tempo", venceu ainda a direcção da APD, que referiu que, "ao fazer distinções desta natureza, o governo está implicitamente a aceitar as situações de discriminação a que estão sujeitas as pessoas com deficiência no acesso ao emprego."

Rafael Vicente

Recepção no palácio da Ajuda

Presidente da República recebe associações

Num almoço com as instituições e ONG, Jorge Sampaio lembrou o estado da Saúde em Portugal, teceu algumas críticas e constatou os avanços. O Presidente da República salientou as questões relacionadas com a terceira idade e o "valioso contributo" que têm dado ao nosso sistema de saúde, encerrando a semana da Presidência Aberta sobre a Saúde.

FOTO: FARINHO LOPES



O Presidente da República salientou os problemas do sistema de saúde português

A ADFA esteve presente no almoço oferecido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em que foram recebidas diversas instituições de e para deficientes e organizações relacionadas com a Saúde, no dia 30 de Novembro, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

A cerimónia encerrou um conjunto de visitas e encontros sobre o sistema de saúde, em que o Presidente passou por hospitais e por centros de saúde e contactou com especialistas de diversas áreas.

Humberto Sertório, presidente da Direc-

ção Nacional, representante da ADFA, ouviu os resultados positivos e aspectos negativos do sistema de saúde português, patentes no discurso que o chefe de Estado proferiu antes de se iniciar o almoço.

Jorge Sampaio pretendeu contactar com as instituições e organizações não-governamentais neste encontro, com o objectivo de transmitir o resultado da sua observação sobre o funcionamento do sistema de saúde.

A qualidade da formação dos profissionais de saúde foi também abordada, tendo sido destacado o seu empenho em circunstâncias consideradas adversas, "pelas condições físicas em que se desenvolve o trabalho e pela especial penosidade em lidar quotidianamente com a doença e com a morte."

O Presidente da República salientou ainda os "sérios problemas e dificuldades que subsistem no nosso sistema de saúde", referindo-se às "barreiras dramáticas" no acesso aos cuidados de saúde, com longas listas de espera.

A crescente indisponibilidade das famílias para cuidarem dos idosos e doentes foi uma das preocupações manifestadas pelo Presidente, que focou o isolamento e a terceira idade, que são também prioridades da ADFA quanto à sua realidade associativa.

O ponto de situação incluiu a constatação de que urge aumentar o número de profissionais de saúde que anualmente se formam, uma vez que existem já, em diversas unidades, carências significativas.

Jorge Sampaio justificou a promoção deste encontro, sublinhando "de forma inequívoca que o sistema de saúde deve ser orientado para servir as pessoas" e prestando o testemunho do seu reconhecimento pelo "valiosíssimo contributo" que as instituições dão para uma sociedade mais humanizada, mais justa e mais solidária. Valorizou as relações humanas, uma vez que considera que as pessoas "são a única razão de ser do sistema de saúde".

As autarquias foram também nomeadas como parceiros que possuem um vasto conhecimento das realidades locais, entre outras entidades, como as escolas, as misericórdias e outras organizações não-governamentais.

Jorge Sampaio lembrou ainda que o Estado "nunca pode abdicar de defender as necessidades dos cidadãos como a prioridade que deve orientar as reformas que se queiram introduzir num sistema que claramente delas necessita." •

R.V.

6ª Reunião do CNRIPD

Nova lei sem consulta às instituições

Numa vasta agenda de trabalho, a reunião do CNRIPD avivou o debate sobre a recentemente publicada Lei das Associações. Foi reforçada a importância da consulta às organizações e ao Conselho e salientou-se questões como a quotas de emprego para pessoas com deficiência, num debate extenso, que a ADFA pensa ser mais produtivo em reuniões mais regulares e menos vastas.

"A aprovação pela Assembleia da República da Lei das Associações de Deficientes sem o conhecimento do trabalho já efectuado pelas ONG e do próprio Conselho ilustra a falha de comunicação existente entre o governo, os grupos parlamentares e as organizações", referiu Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional que representou a ADFA no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD) na sua sexta reunião realizada na Sede Nacional da ADFA, no dia 17 de Dezembro.

A publicação deste diploma sem que tenham sido consultadas as instituições que fazem parte do CNRIPD nem tida em conta a proposta já elaborada neste Conselho, deixou apreensivos os dirigentes e técnicos presentes



Os representantes das instituições apresentaram a sua preocupação quanto à Lei das Associações

na reunião, que puderam expor as suas preocupações face a esta questão, decorrendo agora o estudo sobre as implicações deste diploma na vida dos cidadãos portadores de deficiência e das instituições dessa área.

A Associação Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR) salientou a necessidade urgente de rever a lei que agora saiu sobre a hemodiálise, contando com a solidariedade de todos os presentes. A diploma veio trazer algumas desvantagens aos insuficientes renais, na medida em que influi com o funcionamento das clínicas de hemodiálise.

A ADFA já havia apresentado propostas sobre a Lei das Associações, sobre a flexibilidade da idade de acesso à reforma, sobre o crédito bonificado para habitação de pessoas com deficiência, destacando-se também a questão das quotas de emprego.

O secretário nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, realçou como pontos fortes da reunião, a integração sócio-profissional e a criação da quota de emprego na administração pública para as pessoas com deficiência que, como referiu, "já estava contemplada no programa do anterior governo, através de

medidas de consenso político."

Vieira Dias salientou que se pretende que o CNRIPD seja ouvido no projecto de regulamentação da Lei das Associações, destacando o "papel decisivo dos técnicos e dirigentes na eficácia social desta política nacional."

O dirigente do SNRIPD lembrou o objectivo central do Secretariado, "tentar colaborar na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência", e assumiu a importância de devolver a palavra aos empresários no que diz respeito a questões como a empregabilidade dos cidadãos portadores de deficiência.

No encontro que reuniu cerca de 40 representantes de instituições e entidades oficiais foi abordada a possibilidade de, em próximas reuniões, divulgar, em comunicado de imprensa, a posição do CNRIPD. "O Conselho pode ter maior impacto mediático", referiu Vieira Dias, aludindo ao ponto da ordem de trabalhos que fazia referência à visibilidade do CNRIPD.

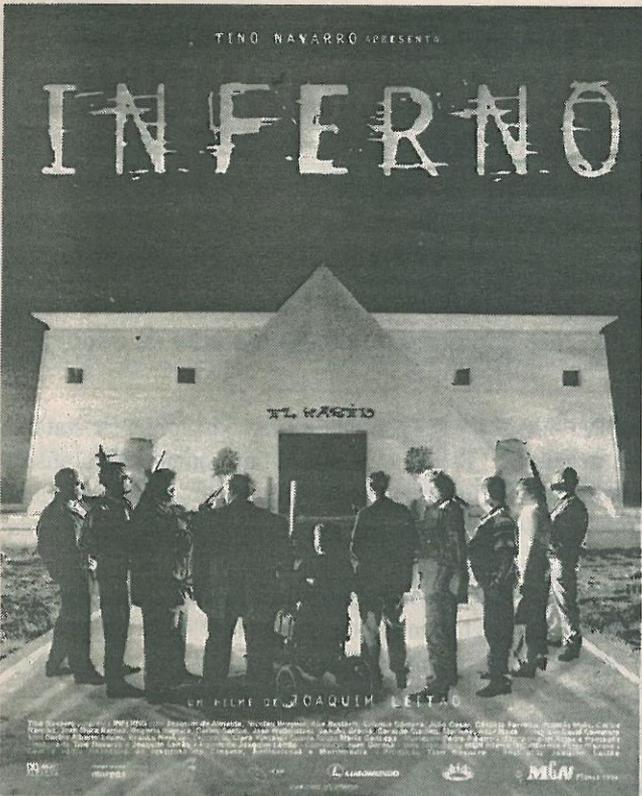
A ADFA disponibilizou as suas instalações para outras reuniões do CNRIPD, uma vez que o Conselho não possui espaço para realizar estes encontros.

Para Humberto Sertório "devem realizar-se mais reuniões, com uma agenda menos vasta e com maior regularidade, cativando mais instituições para participar no Conselho."

O ELO conta ainda publicar no próximo número declarações alusivas à reunião do presidente do CNRIPD, Costa Brás •

R.V.

Novo filme de Joaquim Leitão



"O Inferno" é o novo filme de Joaquim Leitão.

Sendo a primeira longa metragem a encarar a Guerra Colonial, não nos é mostrado um desenvolvimento da mesma, mas é-nos imposto no nosso subconsciente toda a dor, a luta, a tristeza da sua vivência, a perda dos que lá ficaram e daqueles que, tendo regressado, parte da sua vida lá deixaram.

Esta fita retrata um encontro anual de um grupo de ex-combatentes, que tendo como objectivo ser um jantar de amigos, acaba num desenrolar de peripécias, onde a emoção tem a guerra como pano de fundo e onde o espírito de corpo - um por todos e todos por um - é realmente sentido.

Podendo ser criticado por ex-combatentes, por não retratar fielmente a realidade, leva-nos a pensar que, por um lado, uniu um conjunto de situação extremas, mesmo de marginalidade, por outro lado, leva-nos a construir, a todos os que não viveram a Guerra Colonial, a imagem viva da mesma, em todos os passos, em todos os rostos, em todos os momentos.

Um filme, a não perder com Joaquim de Almeida, Júlio César e Nicolau Breyner entre outros.

M.V.C.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Concep	1.486.042.00	2.077.511.00
1.0 Concep AC	1.747.689.00	2.383.638.00
1.4 3P Highline	1.956.023.00	3.075.386.00
1.4 3P Highline Automat.	2.174.453.00	3.330.949.00
1.4 TDI Concep	1.908.249.00	3.077.373.00
Polo		
Fox 1.0 + DA 3P	1.610.978.00	2.248.612.00
Fox 1.0 + DA 5P	1.675.337.00	2.323.912.00
Net 1.4 3P	1.951.425.00	3.093.407.00
Net 1.6V Sport 3P	2.255.066.00	3.448.667.00
Fox 3P (VE+FC)	1.981.702.00	3.718.506.00
Fox 5P (VE+FC)	2.052.003.00	3.800.758.00
3 Volumes 1.4	1.912.540.00	3.047.911.00
3 Volumes 1.7 SDI	2.260.754.00	4.044.997.00
3 Volumes 1.9 TDI	2.711.193.00	4.967.798.00
Variant 1.4	1.925.058.00	3.068.407.00
Variant 1.7 SDI	2.450.416.00	4.272.751.00
Variant 1.9 TDI	2.781.690.00	4.985.930.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.233.769.00	3.441.287.00
Confort 1.4 5p	2.296.187.00	3.514.328.00
Confort 1.9 5p 90 cv	2.757.801.00	4.969.679.00
Highline 1.9 3p 115 cv	3.580.326.00	5.932.034.00
Highline 1.9 5p 115 cv	3.668.676.00	6.035.403.00
Golf Variant		
Highline 1.6	3.324.509.00	5.088.273.00
Highline 1.9	3.754.909.00	6.136.296.00
Bora		
Highline 1.9 TDI	3.799.319.00	6.188.255.00
Highline 1.9 TDI + AC	3.993.375.00	6.415.301.00
Beetle		
Highline 1.9 90 cv	3.237.080.00	5.530.436.00
Highline 1.9 Automático	3.435.230.00	5.762.271.00
Passat		
Confortline 1.6	3.452.266.00	5.243.599.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv	3.640.683.00	6.008.501.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv Aut.	3.980.236.00	6.405.778.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv Aut.	4.438.181.00	6.941.574.00
Passat Variant		
Confortline 1.6	3.686.640.00	5.517.816.00
Confortline 1.9 TDI 115 cv	3.872.085.00	6.279.242.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv	4.330.028.00	6.815.035.00
Confortline 1.9 TDI Aut.	4.211.506.00	6.676.364.00
Trendline 1.9 TDI Aut.	4.669.450.00	7.212.159.00
Audi A3		
Ambit 3p 1.6	3.556.448.00	5.452.992.00
Ambit 5p 1.6	3.659.012.00	5.572.992.00
Att. 3p 1.9 TDI	3.591.102.00	6.037.992.00
Att. 5p 1.9 TDI	3.693.666.00	6.157.992.00
Sport 3p 1.9 TDI	4.129.564.00	6.667.993.00
Sport 5p 1.9 TDI	4.232.128.00	6.787.993.00
Audi A4		
Att. 1.6	3.983.798.00	5.952.992.00
Att. AV 1.6	4.214.568.00	6.228.842.00

Att. 1.9 TDI	4.403.068.00	6.987.992.00
Att. AV 1.9 TDI	4.633.837.00	7.263.842.00
Sport 1.9 TDI	4.633.837.00	7.257.992.00
Sport AV 1.9 TDI	4.864.606.00	7.533.842.00
Audi 1.9 TDI	5.682.429.00	8.549.843.00
Audi AV 1.9 TDI	6.007.214.00	8.935.692.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	1.052.792.00	1.474.000.00
Sport	1.245.584.00	1.859.000.00
Panda Young	1.058.775.00	1.481.000.00
Punto		
55 S 3P	1.300.285.00	1.923.000.00
55 S 5P	1.355.840.00	1.988.000.00
55 SX / 70 TD 5P	1.529.824.00	3.112.000.00
Van Stile	1.789.734.00	2.400.000.00
Novo Punto		
1.2 S 3P	1.329.338.00	2.059.213.00
1.2 ELX 5P	1.543.013.00	2.309.213.00
1.2 16 V ELX 5P	1.628.483.00	2.409.212.00
Sport 3P	1.943.868.00	2.778.213.00
Punto II GT 3P	1.929.355.00	3.668.083.00
Palio		
Weekend 1.2	1.908.643.00	2.737.000.00
Weekend 70 TD	1.816.149.00	3.447.000.00
Bravo		
1.4 SX	2.018.900.00	2.866.000.00
100 SX Autom.	2.272.245.00	3.769.000.00
105 JTD GT	2.357.628.00	4.464.000.00
Brava		
1.4 SX	2.061.635.00	2.916.000.00
105 JTD ELX	2.494.380.00	4.624.000.00
Marea		
1.4 SX	2.249.669.00	3.136.000.00
100 ELX Caixa Aut.	2.792.757.00	4.378.000.00
105 JTD HLX	2.920.876.00	5.123.001.00
130 JTD HLX	2.890.271.00	5.950.000.00
Weekend 1.4 SX	2.335.139.00	3.236.000.00
100 ELX Automática	2.878.227.00	4.477.999.00
105 JTD HLX	3.006.346.00	5.223.000.00
130 JTD HLX	2.975.741.00	6.050.000.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.397.721.00	2.037.000.00
Y 1.2 cx. Automática LS	1.832.575.00	2.641.000.00
Y 1.2 16V LS 3p	1.638.558.00	2.421.000.00
Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00
Delta 1.9 TDS	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00
Dedra TDS SW	3.002.514.00	5.252.885.00
Lancia Libra 1.6	3.495.321.00	5.199.999.00
Lancia Libra 1.9 JTD LX	3.456.773.00	5.750.000.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Twingo Pack	1.368.750.00	2.034.380.00
Twingo Easy	1.484.134.00	2.169.380.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.466.186.00	2.148.380.00
RXE 1.4 3p	1.745.634.00	2.807.380.00
RN 1.2 5p	1.531.143.00	2.224.380.00
RXE 1.4	1.810.591.00	2.883.380.00
RXE 1.9D	1.657.400.00	3.572.380.00
Société 1.9 (2 lugares)	1.699.133.00	2.356.380.00
Megane		
RN 1.4 5p	1.988.772.00	3.097.380.00
RN 1.4 AC 5p	2.116.977.00	3.247.380.00
RXE 1.9 DTI	2.738.145.00	4.842.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.934.726.00	5.072.380.00
Megane/Carrinha (Break)		
RTE 1.4 16v	2.278.515.00	3.436.380.00
RXE 1.9 DTI	2.711.649.00	4.811.380.00
RXE 1.9 DTI Cx. Aut.	3.044.982.00	5.021.380.00
Megane Classic		
RN 1.4	2.031.507.00	3.147.380.00
RXE 1.9 DTI AC	2.780.880.00	4.892.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.977.461.00	5.122.380.00
Megane Scénic		
RTE 1.4 16v	2.424.669.00	3.607.380.00
RXE 1.9 DTI AC	3.028.743.00	5.182.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	3.225.324.00	5.412.380.00
Laguna		
RXE 1.6	2.808.229.00	4.432.380.00
RXE 1.9 DTI	2.994.555.00	5.142.380.00
RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.148.401.00	5.322.380.00
RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.233.871.00	5.422.380.00
Kangoo		
RN 1.2	1.785.661.00	2.531.380.00
RN 1.9 D 55	1.772.602.00	3.716.380.00
Kangoo Express		
FAGTE RL 1.2	1.555.361.00	1.956.380.00
FAGTE RL 1.9 D	1.644.249.00	2.301.380.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.488.305.00	2.077.750.00
Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.147.750.00
"100" 1.2 3p	1.691.380.00	2.487.750.00
"100" 1.2 5p	1.751.209.00	2.557.750.00
Eco 1.5 TD 3p	1.801.493.00	3.087.751.00
Eco 1.5 TD 5p	1.861.322.00	3.157.750.00
Sportive 1.2	1.571.722.00	2.347.750.00
Sportive 1.5 TD	1.980.980.00	3.297.750.00
Astra		
Club 1.2 5p	2.255.483.00	3.147.750.00
Club 1.4 4p	2.347.709.00	3.547.750.00
Sport 1.4 3p	2.510.102.00	3.737.750.00
Club 1.7 TD 5p	2.405.364.00	4.177.749.00
Club 2.0 Di 5p	2.436.474.00	4.747.750.00
Club Caravan 1.4	2.433.179.00	3.647.750.00

Sport Caravan 1.4	2.681.042.00	3.937.750.00
Club Caravan 1.7 TD	2.526.023.00	4.317.750.00
Club Caravan 2.0 DI	2.556.132.00	4.887.750.00

VECTRA

1.6 XEL	2.981.860.00	4.667.750.00
Caravan 1.6	3.127.159.00	4.837.750.00
2.0 TDI 4P	3.086.047.00	5.507.750.00
Sport 2.0 TDI 4p	3.410.833.00	5.887.750.00
Sport Caravan 2.0 TDI	3.556.132.00	6.057.750.00
"100" 4p 2.0 TDI	3.342.457.00	5.807.750.00
"100" 5P 2.0 TDI Caravan	3.487.756.00	5.977.750.00

ZAFIRA

Confort 5P 1.6	2.862.202.00	4.527.750.00
Elegance 5P 1.6	3.186.988.00	4.907.750.00
Confort 5P 2.0 DI	2.812.542.00	5.187.750.00
Elegance 5P 2.0 DI	3.137.329.00	5.567.750.00

FORD

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Fiesta		
1.2 16V 3p	1.453.942.00	2.219.350.00
1.2 16V 5p	1.539.412.00	2.319.350.00
1.8 D 5p	1.695.221.00	3.419.350.00
Escort		
1.4 5p	1.865.984.00	2.964.349.00
1.4 (Carrinha)	1.865.984.00	2.964.349.00
1.8 TD	2.075.563.00	3.864.350.00
1.8 TD (Carrinha)	2.075.563.00	3.864.350.00
Focus		
1.4 (Ambiente) 5p	2.191.135.00	3.339.350.00
1.6 Trend 3p	2.191.135.00	3.339.350.00
1.6 Guia 5p	2.382.388.00	3.939.350.00
1.8 Guia 4p	2.652.487.00	4.539.350.00
Mondeo		
1.6 LX 4/5p	2.821.013.00	4.454.350.00
1.6 (Carrinha)	2.966.312.00	4.624.350.00
1.8 TD GLX	3.001.5734.00	4.964.350.00
1.8 TD (Carrinha)	3.186.074.00	5.163.648.00
1.8 TD Guia	3.357.615.00	5.301.351.00
1.8 TD (Carrinha)	3.528.555.00	5.564.350.00
Galaxy		
1.9 TDI GLX	4.617.243.00	5.794.350.00
1.9 TDI Guia	5.301.004.00	6.594.350.00
Fiesta Van		
1.8 D	1.661.573.00	2.284.350.00
Courier 1.8 D	1.858.154.00	2.514.350.00

MAZDA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
121 5HB GLX	1.567.147.00	2.305.000.00
DEMIO 1.3 GLX +	2.116.960.00	3.090.000.00
323 F 1.3 GLX	2.116.960.00	3.090.000.00
323 F 2.0 GT DiTD	2.681.793.00	4.970.000.00
323 S 1.3 GLX	2.116.960.00	3.090.000.00
323 S 2.0 GT DiTD	2.681.793.00	4.970.000.00
P		

Pequenos produtos, grandes soluções



Os pequenos produtos representam por vezes soluções eficazes para grandes problemas. No que diz respeito aos utilizadores de ajudas técnicas, nomeadamente próteses, esta afirmação é também verdadeira. Assim, existem disponíveis no mercado um conjunto de pequenos produtos que ajudam a melhorar o conforto e a sua utilização diária. Gostaríamos aqui de chamar a vossa atenção para alguns desses produtos.

Os utilizadores de próteses para amputação acima do joelho debatem-se todos os dias com a tarefa de colocar a prótese, sendo esta muitas vezes dolorosa e demorada, devido, entre outras questões, à fricção entre o coto e o encaixe. Poderá ser útil um calçador plástico de prótese, que substitui o tradicional cordão ou meia, aumenta o conforto e facilita a colocação, permitindo inclusive colocar a prótese sentado. Trata-se de um sistema bastante simples, um saco em material "deslizante" que possui na extremidade uma alça para auxiliar a colocação. Existem no mercado pelo

menos duas marcas alternativas para este produto com custo acessível.

Os utilizadores de próteses para amputação abaixo do joelho, referem com muita frequência problemas com o conforto e pressão em determinadas zonas do coto, bem como dores na extremidade distal devido ao impacto provocado ao caminhar. São também muito frequentes as queixas relativas à suspensão da prótese. Pode ser útil para minorar estas queixas a utilização de uma meia de coto revestida com gel. Sendo um produto simples e com um custo relativamente acessível, poderá melhorar substancialmente o seu conforto, já que absorve as forças de torção entre o encaixe e o coto, fazendo em simultâneo a função de almofadamento.

As forças de impacto distal numa prótese de amputação abaixo do joelho poderão ser minoradas com a colocação de um tubo com sistema de absorção de choque. Este é constituído por um tubo onde entra um cilindro de elastómero, cuja densidade (resistência)

varia conforme o peso do utilizador e que serve como amortecedor ao caminhar.

Relativamente aos sistemas de suspensão de uma prótese abaixo do joelho, como por exemplo a manga de neopren, surgem com frequência casos de alergia ao material em que são fabricadas (neopren) e que provocam problemas sérios ao amputado.

Poderá nesse caso substituir esse tipo de suspensão por uma manga elástica com revestimento interno em gel. Trata-se de um sistema mais leve e transpirável, com um custo relativamente acessível, que necessita contudo de ser substituída com maior regularidade para manter a sua eficácia.

Para testar os produtos acima apresentados, ou obter mais esclarecimentos, fica desde já ao vosso dispor o Serviço de Ortoprotésia e Ajudas Técnicas do CRPG que, como habitualmente terá o maior gosto em responder prontamente às vossas questões.

Emília Mendes

GAIAMOstra 99

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia esteve presente na GAIAMOstra 99 - IX Mostra das Actividades Económicas de Vila Nova de Gaia, que se realizou entre os dias 18 e 26 de Setembro. A GAIAMOstra 99 teve lugar no Parque de Exposições de Gaia, junto ao Centro Histórico e teve como objectivo divulgar e promover as actividades do Concelho. A exposição contou com a presença de 53 instituições, entre empresas industriais, comerciais e outras organizações.

A presença do CRPG na GAIAMOstra

visou a aproximação aos empresários da sua área de intervenção, com os quais tem tido uma boa experiência ao nível da cooperação em áreas de mútuo interesse. Foram feitos vários contactos, que têm em vista essa contínua aproximação de interesse quer para os empresários, quer para os formandos do Centro.

No stand do CRPG os empresários e a população em geral, tiveram disponível informação sobre os serviços do Centro, e aproveitaram a oportunidade para experimentar o SAE - Sistema de Apoio ao Emprego - um

instrumento inovador das tecnologias da informação e comunicação no apoio ao emprego.

Maria Luísa Nero

CRPG Apela à Paz em Timor Loro Sae

Os colaboradores e formandos do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia prestaram homenagem ao povo de Timor Loro Sae e demonstraram a sua indignação pelas mortes a que este povo tem sido sujeito,

especialmente após a revelação do resultado do referendo de 30 de Agosto. Aderindo ao desafio lançado a nível nacional, todos os que se encontravam no Centro no dia 8 de Setembro de 1999, concentraram-se pelas 15 horas no exterior das instalações e mantiveram-se imóveis e em silêncio durante três minutos, como demonstração simbólica de apelo à paz em Timor Loro Sae. Muitos automobilistas e transeuntes juntaram o seu gesto ao do grupo, originando praticamente uma paragem da circulação na zona.

Maria Luísa Nero

Revista de Imprensa

PÚBLICO

25 ANOS DA ADFA

"(...) a ADFA editou a publicação em epígrafe na qual, ao longo de 73 páginas e após esclarecedora "introdução", se difundem informações relativas à organização da Associação, à sua formação e implementação (...) Trata-se de edição cuidada e bem elaborada.

Revista Militar - Outubro

LISBOETAS "NA PELE" DOS DEFICIENTES

"É muito difícil andar no meio dos obstáculos da cidade sem ver nada, apenas com a ajuda de uma bengala de invisível". Este o comentário de um dos lisboetas que ontem experimentou "vestir a pele" de uma pessoa deficiente em plena Rua Augusta, aderindo, assim, à iniciativa "Abrir Caminhos", a cargo do pelouro da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Correio da Manhã - 3 de Dezembro

DEPOIS DO CÉREBRO, OS OSSOS

"A Organização Mundial de Saúde elegeu os últimos dez anos como a Década do Cérebro e os próximos dez como a Década do Osso e da Articulação.

Jornal de Notícias

As doenças da locomoção são responsáveis por cerca de metade de todas as patologias após os 65 anos."

Público - 3 de Dezembro

DEFICIÊNCIA SUSCITA POLÊMICA

"Acessibilidade foi tema eleito pela ONU para a celebração deste ano. Na opinião da Associação Portuguesa de Deficientes, a abordagem feita no programa nacional é a que agrada ao Governo."

Diário de Notícias - 3 de Dezembro

SARGENTOS DESCONTENTES

"A Associação Nacional de Sargentos (ANS) acaba de manifestar o seu descontentamento relativamente ao estipulado no novo Estatuto de Militar das Forças Armadas (EMFAR), bem como à forma como vem sendo tratada a questão do respectivo sistema retributivo."

Correio da Manhã - 6 de Dezembro

DIREITOS UNIFORMIZADOS

"O ministro da Defesa manifestou ontem, em Lisboa, a sua convicção de que a legislação sobre direitos dos militares vai ser uniformizada em toda a União Europeia (EU)."

Correio da Manhã - 7 de Dezembro

Diário de Notícias

SOLIDARIEDADE E UNIDADE

"Sob o lema «Solidariedade e Unidade», a delegação do Porto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) está a comemorar 25 anos de existência. A reintegração e a reabilitação dos deficientes das Forças Armadas na sociedade tem, sido, desde sempre, uma das causas pela qual a associação se tem batido."

O 1.º de Janeiro - 8 de Dezembro

MILITARES EM PRIMEIRO PLANO

"Os militares não podem ser cidadãos de segundo nível. A democracia não é compatível com menoridades desta natureza. "A afirmação foi proferida pelo general Loureiro dos Santos, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, durante a celebração do 150º aniversário da "Revista Militar".

Correio da Manhã - 9 de Dezembro

SPORTING SOLIDÁRIO

"O Sporting Clube de Portugal ofereceu convites para o jogo com o Rio Ave e algumas recordações à Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), entidade que se tem distinguido na difícil

Expresso

luta pelo reconhecimento pleno dos direitos daqueles que tantas vezes têm sofrido as agruras da marginalização."

Sporting - 10 de Dezembro

TÉCNICA QUE TRAVA CEGUEIRA

"(...) A nova terapia, que não cura mas permite travar a doença quando for detectada a tempo, processa-se em duas fases e pode ser efectuada, sem dor, por um médico na respectiva clínica."

Correio da Manhã - 13 de Dezembro

DEFICIENTES VÃO TER TRABALHO

"O Governo prepara uma lei que obrigará a administração pública a ceder uma quota de cinco por cento do seu quadro para trabalhadores deficientes."

24 Horas - 14 de Dezembro

SURDOS E COMUNICAÇÃO

"A maioria dos surdos não sabe usar a linguagem gestual. Um isolamento educacional que se estende a outros deficientes físicos mentais que não recorrem às técnicas para recuperarem"

24 Horas - 20 de Dezembro

24 horas

CORREIO da Manhã

ASSOCIAÇÃO

jornal do Exército

ELO

DIÁRIO DA REPÚBLICA

GNR

Decreto-Lei 504/99, de 20 de Novembro

Este diploma «estabelece o regime remuneratório aplicável aos oficiais, sargentos e praças da Guarda Nacional Republicana e a estrutura das remunerações base dos postos que integram as respectivas carreiras».

Qualificação de DFA

Despacho 22.625/99, Ministério da Defesa Nacional, de 23 de Novembro

O Ministro da Defesa Nacional delegou no Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional a competência para proferir despachos de qualificação de Deficientes das Forças Armadas, ao abrigo do DL 43/76, de 20JAN.

PSP

Decreto-Lei 511/99, de 24 de Novembro

Aprova o Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública, que extingue os postos de chefe de esquadra, subchefe principal, subchefe-ajudante, primeiro-subchefe, segundo-subchefe, guarda principal, guarda de 1ª classe e guarda de 2ª classe.

Crédito Bonificado

Decreto-Lei 512/99, de 24 de Novembro

Este diploma cria um regime de crédito bonificado aos estudantes do ensino superior que sejam cidadãos da União Europeia ou de país de língua oficial portuguesa, que frequentem o penúltimo ou último ano curricular de curso superior, que tenham um rendimento mensal bruto per capita do seu agregado familiar igual ou inferior a duas vezes o salário

mínimo nacional, que tenham tido aproveitamento satisfatório no curso em que se encontram inscritos, que não sejam titulares de outros empréstimos bonificados com o mesmo fim e que não sejam titulares do grau de licenciado.

Os deficientes que tenham um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% beneficiam de tratamento mais favorável, no que respeita ao prazo de empréstimo e de taxa de bonificação.

Os bancos competentes para a concessão deste empréstimo são a Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Económica Montepio Geral e a Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo.

Os empréstimos são concedidos pelo prazo máximo de oito anos e o seu valor, para estudantes que se encontrem a frequentar o penúltimo e último ano, é, respectivamente, de vinte e quatro e doze vezes o salário mínimo nacional.

A bonificação é de 70% para os estudantes deficientes e 50% nos restantes casos.

Pensões

Portaria 1069/99, de 10 de Dezembro

Procede à actualização das pensões de invalidez, velhice e de sobrevivência do regime geral e das pensões de outros regimes.

As pensões de invalidez, velhice, estatutárias e regulamentares, do regime geral, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1999, são actualizadas em 3,3% e 2,5%, respectivamente, para as pensões de valor igual ou inferior a 300.000\$00 e acima de 300.000\$00.

Da actualização destas pensões cujo valor seja igual ou superior a 32.600\$00 não pode resultar aumento mensal inferior a 1.400\$00.

O valor mínimo das pensões de invalidez e velhice, com carreira contributiva inferior a 15 anos é de 34.000\$00.

Estes valores mínimos não são aplicáveis às

pensões antecipadas atribuídas ao abrigo do regime de flexibilização da idade de pensão de velhice.

As pensões de sobrevivência, do regime geral, são actualizadas nos mesmos termos que as pensões de invalidez e velhice.

Relativamente às pensões limitadas por acumulação, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1999, são actualizadas em 3,3%.

Quanto às pensões reduzidas e proporcionais, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1999, a percentagem de actualização corresponde a 3,3%.

O valor das pensões bonificadas corresponde a 34.000\$00 e da pensão provisória de invalidez a 25.000\$00.

Em relação aos outros regimes, o valor da pensão do regime especial das actividades agrícolas é de 25.300\$00. Ainda dentro deste regime, as pensões limitadas, reduzidas e proporcionais são actualizadas em 4,5%.

O valor das pensões de invalidez e velhice, do regime não contributivo, é de 25.000\$00, assim como o valor das pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e dos regimes equiparados ao regime não contributivo.

Ao complemento de pensão por cônjuge a cargo corresponde o valor mensal de 5.250\$00, sem prejuízo de valores superiores que estejam a ser atribuídos.

O estipulado no presente diploma produz efeitos desde 1 de Dezembro de 1999.

Registo Predial

Decreto-Lei 532/99, de 11 de Dezembro

Altera substancialmente as normas do Código do Registo Predial, adoptando medidas de simplificação de desburocratização na área do registo predial.

Helena Afonso

O Poder e o poder

Nos últimos tempos temos vindo a assistir a uma "ressurreição" das Forças Armadas (FA), fruto de várias intervenções no exterior - Moçambique, Angola, Guiné, Balcãs. Dir-se-ia que o Poder descobriu de repente que tinha um utensílio que, pasme-se, era útil! De mero sorvedouro de dinheiros públicos, as FA tornaram-se vedetas da política externa portuguesa; deixaram de ser o papão do golpe de estado quase previsível, e deixaram também de ser o aborrecido fornecedor e credor incómodo da Democracia em Portugal.

Somos todos renitentes a mudanças. E mais: a nossa educação, a nossa experiência de juventude, continua a influenciar, por vezes decisivamente as nossas opções. Disse um dia Felini que levamos vinte anos a aprender, e o resto da vida a tentar esquecer o que aprendemos. Nada mais lógico: quando uma geração chega ao poder, está condicionada pelos objectivos do seu tempo, que só casualmente coincidem com os do tempo real. Uma geração marcada pela guerra, será pacifista; se marcada pela repressão, será liberal - sem se dar conta de que o mundo evoluiu e que a nova geração é indiferente a tais problemas, porque não vividos.

Projectar forças para o exterior foi um conceito que levou tempo a ser aceite por quem decide, e objecto de muitas cautelas em termos de opinião pública. Não se estaria a reeditar os embarques para África? No subconsciente de todos, estava esta questão. E porquê enviar os nossos soldados?

Não duvido do direito - e até do dever - de um governo defender os interesses nacionais

mediante uma presença militar. Presença, porque implica o empenhamento directo de cidadãos portugueses no exterior, dentro da legalidade e legitimidade internas e externas Militar, porque as condições de actuação a isso obrigam - o risco, o incómodo, o rigor, os métodos.

Enganam-se os que pensam que o recurso a militares é apenas uma questão de disponibilidade e capacidade operacional. É sobretudo uma questão de risco.

**«Claro que poderá - é Poder.
Não é o Estado-Providência,
é o Estado-Pai-Natal
que distribui, quando razões
humanitárias o justificarem,
as pensões.»**

O risco existe em muitas profissões e actividades. Basta ver as estatísticas de acidentes de trabalho, isto para não referir as nossas estradas ou alguns desportos radicais. Em todos eles se luta contra um meio hostil, em condições difíceis, ou contra as leis da Física. Mas o específico do meio militar é a vontade - a vontade inteligente e deliberada de um adversário em nos causar mal. Não há paralelismo entre a queda de um objecto e a trajectória de uma bala: esta foi cuidadosamente planeada e apontada para matar ou incapacitar.

Vem isto a propósito de legislação recentemente publicada e que se relaciona com a eventualidade de morte numa missão no estrangeiro. Diz o Art.º - 3º n.º 1 do DL n.º 466/99: o Conselho de Ministros poderá, mediante resolução, quando razões humanitárias o justificarem, conceder pensão de preço de sangue pelo falecimento de cidadão português... Poderá? Claro que poderá - é Poder. Não é o Estado-Providência, é o Estado-Pai-Natal que distribui, quando razões humanitárias o justificarem, as pensões. Por analogia, como se o pagamento de uma indemnização dependesse de o lesado ser rico... A aversão às coisas militares é compreensível, pelas razões indicadas no início deste texto, mas os tempos são outros. Se queremos projectar forças, é bom que se tenha em mente o que se passou antes do 25 de Abril - e até depois.

O militar ideal é aquele para quem a rectaguarda não existe. Sendo isto uma utopia, torna-se então necessário que o militar parta consciente de que, aconteça o que acontecer, nem ele nem os seus ficarão desamparados. O que não parece é que esta garantia seja dada por fórmulas vagas do tipo "poderá... por razões humanitárias".

Porque, se é para continuar (porque ainda não terminou) a via sacra dos processos de ferimentos em serviço, em campanha ou em combate, agravado ou adquirido em serviço, ou dependente da boa vontade de uma junta, então, perdoem-me a expressão, mas, como diz a canção, nesse peditório o pessoal já deu... •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Prisioneiro de guerra

"Eu fui feito prisioneiro de guerra, capturado em combate na ex-Colónia da Guiné, ficando em cativeiro vários meses. Quando foi publicada a Lei 34/98, requeri a pensão, mas até à data nada me foi atribuído. Desejava saber como devo fazer para a requerer."

Se já requereu uma pensão por prisioneiro de guerra, ao abrigo da Lei 34/98, de 18JUL, com a entrada em vigor, no dia 01 de Janeiro de 2000, do DL 466/99, de 6NOV que a veio regulamentar, é aconselhável elaborar novo requerimento observando o seguinte:

O requerimento deverá ser dirigido ao presidente do conselho de administração da Caixa Geral de Aposentações. Com o requerimento deverá enviar três declarações passadas pelo requerente e por duas pessoas sem qualquer grau de parentesco com este, em que se declare, que aquele observou, de modo constante e permanente, o respeito pelos direitos e liberdades individuais e colectivas, bem como pelo prestígio e dignidade do País.

As declarações das testemunhas devem ser juntas fotocópias dos respectivos bilhetes de identidade.

No caso da situação de cativeiro não se ter prolongado por um período igual ou superior a 30 dias, será necessário fazer prova de que esta situação tenha provocado no prisioneiro sequelas físicas ou psicológicas de que resultou desvalorização da sua capacidade para o trabalho.

Para efeitos de prova, além daquela declaração, deverá juntar ao requerimento um relatório de médico especialista que ateste as sequelas de que o requerente padece, se for caso disso.

O médico especialista, sempre que possível, deverá atribuir um grau de desvalorização às respectivas sequelas de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, bem como atestar o nexo de causalidade das sequelas com a situação de cativeiro.

Por último, é necessário que a situação de cativeiro esteja devidamente comprovada no processo militar do requerente, ou juntar elementos de prova documentais ou mesmo testemunhais que, sem margem para dúvidas, venham a comprovar a situação de prisioneiro de guerra.

Em qualquer caso, será sempre conveniente informar a Caixa Geral de Aposentações, que se interpôs o primeiro requerimento, de preferência, mencionando o facto no novo requerimento e juntando cópia do primeiro.

O presente tema é de grande actualidade devido à publicação do DL 466/99, de 6NOV, que veio caracterizar a situação de cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate no decurso da guerra nas ex-colónias, atribuindo relevância para efeitos de atribuição de pensão, às situações que se tenham prolongado por um período igual ou superior a 30 dias ou que, independentemente da sua duração, tenham provocado no prisioneiro sequelas físicas ou psicológicas de que resulte desvalorização da sua capacidade para o trabalho. •

Inês Soares Castro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais na Administração Pública

Decreto-Lei 503/99, de 20 de Novembro

Helena Afonso

Este diploma consagra um novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais ocorridas na Administração Pública, acolhendo, na generalidade, os princípios consagrados na Lei 100/97, de 13 de Setembro.

Definições

No quadro dos conceitos o diploma define o que se entende por regime geral em que acidente em serviço é «todo o que ocorre nas circunstâncias em que se verifica o acidente de trabalho, nos termos do regime geral, incluindo o ocorrido no trajecto de ida e de regresso para e do local de trabalho» incluindo «o incidente ou o acontecimento perigoso de que venha a resultar lesão corporal, perturbação funcional ou doença, em que se comprove a existência do respectivo nexo de causalidade»; por sua vez doença profissional é «a lesão corporal, perturbação funcional ou doença que seja consequência necessária e directa da actividade exercida pelo trabalhador e não represente normal desgaste do organismo»; definem-se também os conceitos de empregador ou entidade empregadora, participação, registo, incapacidade temporária parcial, incapacidade temporária absoluta, incapacidade permanente parcial, incapacidade permanente absoluta, alta, recidiva, agravamento e recaída.

Verifica-se a introdução de dois novos conceitos: o de incidente que é «todo o evento que afecta determinado trabalhador, no decurso do trabalho ou com ele relacionado, de que não resultem lesões corporais diagnosticadas de imediato, ou em que estas só necessitem de primeiros socorros» e de acontecimento perigoso como «todo o evento que, sendo facilmente reconhecido, possa constituir risco de acidente ou de doença para os trabalhadores, no decurso do trabalho, ou para a população em geral».

Responsabilidade

O trabalhador que sofra danos resultante de acidente em serviço e de doença profissional tem direito a reparação em espécie e em dinheiro, sendo a responsabilidade desta reparação do empregador ou entidade empregadora.

Participação e Reparação

O trabalhador tem também direito à reparação de lesão ou doença que se manifeste durante o tratamento de lesão ou doença resultante de um acidente em serviço ou doença profissional e que seja consequência de tal tratamento.

O trabalhador que venha a sofrer um acidente em serviço deve participar o mesmo, no prazo de dois dias úteis, ao seu superior hierárquico, que, por sua vez, o deve participar ao respectivo dirigente

máximo, no prazo de um dia útil, a contar da data em que teve dele conhecimento.

A reparação em espécie compreende, entre outras, as prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa, tratamentos termais, fisioterapia, fornecimento de próteses e ortóteses; transporte e estada; readaptação, reclassificação e reconversão profissional.

O direito à reparação em dinheiro compreende a remuneração, no período de faltas ao serviço devido ao acidente ou doença; indemnização em capital ou pensão vitalícia por incapacidade permanente; subsídio por assistência de terceira pessoa; subsídio para readaptação de habitação; subsídio por situações de elevada incapacidade permanente, despesas de funeral, subsídio por morte e pensão aos familiares, no caso de morte.

Elevada Incapacidade Permanente

O trabalhador portador de incapacidade permanente absoluta ou parcial, que lhe provoque uma redução na incapacidade geral de ganho igual ou superior a setenta por cento, tem direito ao subsídio por situação de elevada incapacidade permanente, no valor de doze vezes a remuneração mínima mensal garantida, na proporção do grau de incapacidade fixado e que será pago de uma só vez.

Despesas de Funeral

Em relação às despesas de funeral, as mesmas são encargo do serviço até ao limite de quatro vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada e o seu pagamento será feito a quem provar ter efectuado as despesas.

Subsídio por Morte

Também por falecimento de trabalhador é concedido subsídio por morte, no montante igual a doze vezes a remuneração mínima garantida mais elevada. Este subsídio é atribuído ao cônjuge ou à pessoa que viva em união de facto com o falecido há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges e aos filhos, recebendo os beneficiário de cada categoria metade ou a totalidade do subsídio, consoante concorram ou não entre si.

Juntas Médicas

No que diz respeito às juntas médicas, a sua constituição difere consoante se esteja no âmbito de uma junta médica para verificação de incapacidade temporária ou para verificação de incapacidade permanente.

Incapacidade Temporária

A verificação e confirmação da inca-

pacidade temporária, a atribuição da alta ou a sua revisão compete a uma junta médica composta por dois médicos da ADSE e um médico da escolha do sinistrado. A ADSE poderá substituir um dos seus representantes na junta médica por um perito médico-legal.

Estas decisões serão notificadas ao sinistrado e à entidade empregadora, dispondo o sinistrado de dez dias úteis, a contar da notificação da decisão da junta médica, para solicitar junta de recurso, mediante requerimento fundamentado com parecer médico. Esta junta tem a mesma composição que a anterior, mas os médicos da ADSE não poderão ser os mesmos, à excepção do médico escolhido pelo sinistrado, que pode ser o mesmo.

Se o trabalhador se encontrar em situação de recidiva, agravamento ou recaída, nos dez anos posteriores à alta, poderá, mediante requerimento, solicitar a sua submissão a nova junta médica. O reconhecimento da recidiva, agravamento ou recaída pela junta médica determina a reabertura do processo.

Incapacidade Permanente

A confirmação e a graduação da incapacidade permanente compete a uma junta médica da Caixa Geral de Aposentações, composta, no caso de acidente em serviço, por um médico da Caixa, um perito médico-legal e um médico da escolha do sinistrado, e no caso de doença profissional, por um médico da Caixa, um médico do Centro Nacional e um médico da escolha do doente.

Sempre que o sinistrado seja militar ou equiparado, o perito médico-legal que compõe a junta médica da Caixa é substituído por um médico indicado pelo competente serviço de saúde militar, com formação específica em medicina legal.

Também estas decisões são notificadas ao trabalhador e à entidade empregadora.

Em caso de discordância com a decisão da junta médica da Caixa, no prazo de sessenta dias consecutivos, o sinistrado ou o doente poderá solicitar à Caixa Geral de Aposentações junta de recurso, em requerimento devidamente fundamentado. A junta de recurso tem a mesma composição que a anterior, no entanto tem de ser integrada por médicos diferentes, à excepção do médico da escolha do interessado, que pode ser o mesmo.

Nova Incapacidade e Prestações

Haverá lugar a revisão da incapacidade e das prestações, quando ocorra modificação na capacidade de ganho do trabalhador proveniente de agravamento, recidiva, recaída ou melhoria da lesão ou doença que deu origem à reparação, ou da intervenção clínica ou de aplicação de prótese ou ortótese. Em con-

sequência desta revisão, as prestações poderão ser aumentadas, reduzidas ou extintas.

As prestações podem ser revistas por iniciativa da Caixa ou mediante requerimento do interessado, fundamentado em parecer médico, no prazo de dez anos a contar da fixação das prestações, uma vez em cada semestre nos dois primeiros anos e uma vez por ano nos oito anos seguintes.

No caso das doenças profissionais de carácter evolutivo, a revisão pode ser requerida a todo o tempo, à excepção dos dois primeiros anos em que só poderá ser requerida uma vez no fim de cada ano.

Regra da acumulabilidade

As prestações por incapacidade permanente podem ser cumuláveis com as pensões atribuídas por invalidez ou velhice e a pensão por morte com a pensão de sobrevivência, na parte em que esta exceda aquela.

Estatuto da Aposentação

Este diploma vem alterar e revogar algumas das disposições do Estatuto da Aposentação, nomeadamente normas que se aplicam aos deficientes militares.

Assim, são alterados os artigos 36º, n.º 1 e 2 do artigo 37º, n.º 1 e 2 do artigo 39º, n.º 1 do artigo 40º, artigo 49º, n.º 1 do artigo 89º, n.º 1 do artigo 101º e artigo 118º. E são revogados os artigos 38º, n.º 3 do artigo 41º, artigo 54º, 55º, 60º, 61º, 62º, 94º, 119º, 123º, 127º, 128º, 129º, 130º e 131º.

O capítulo IV deste diploma, que tem por epígrafe «Responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações» e que compreende os artigos 34º a 43º, aplica-se aos militares das Forças Armadas, inclusive aos que se encontram no cumprimento do serviço militar obrigatório e ao pessoal das forças de segurança. No entanto, já não se aplica aos Deficientes das Forças Armadas nem aos Grandes Deficientes das Forças Armadas, abrangidos, respectivamente, pelos Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, e Decreto-Lei 314/90, de 13 de Outubro.

Aplicação do Novo Regime

O regime consagrado neste diploma só vale para o futuro, aplicando-se aos acidentes e doenças ocorridos após o início da sua vigência.

Contudo, as normas alteradas e revogadas do Estatuto da Aposentação mantêm-se em vigor em relação às pensões extraordinárias de aposentação ou reforma, assim como às pensões de invalidez atribuídas ou referentes a factos ocorridos antes da entrada em vigor deste diploma.

Entrada em Vigor

Este diploma entra em vigor e, consequentemente, produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2000.

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

Recordando

Vinte e cinco, idade em que todos os jovens sonham com um futuro risonho nas suas vidas.

Recordar vinte e cinco anos, é relembra um percurso sinuoso, e de lutas travadas, no seio da nossa Delegação do Porto.

Lutas essas por vezes lembradas por uns, esquecidas por outros, mas agora que caminhamos para um fim, que desejamos seja de paz, a união de todos tem sido um facto a realçar.

Vejamos, Santa Maria da Feira, Lisboa, convívio em Galafura, agora a comemoração dos vinte e cinco anos da nossa Delegação, temos que nos regozijar com a adesão maciça de associados e suas famílias, sinal de que continuamos activos.

Recordemos Santa Maria da Feira, meta de um novo fôlego nas nossas reivindicações, sinal de que os DFA, existem, e têm que ser vistos, como cidadãos de pleno direito, um marco positivo foi aqui alcançado, e a nossa voz foi ouvida.

Galafura, no Peso da Régua, onde apenas, alguns associados do núcleo da Régua, levaram a cabo um convívio, sinal da vitalidade dos nossos camaradas, e da união que reina entre os DFA.

Dezembro de 1974, então no Quartel (hoje Escola Prática de Transmissões, na Senhora da Hora, Porto) alguns associados deram forma, à criação da Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no Porto.

Hoje, passados vinte e cinco anos, no mesmo local, onde foi celebrada uma missa, na capela desta unidade em memória de todos aqueles que deixaram o nosso convívio, foi com certa emotividade, recordado, com

o descerramento de uma placa alusiva ao evento, que ficará a perpetuar, no átrio principal do edifício do Comando, um sinal de vida da nossa Delegação.

Quero aqui realçar a presença do Ex.mo Sr. 2º Comandante desta unidade, que nos honrou com a sua presença, neste acto solene, de vida da nossa Delegação.

Não se pode deixar de louvar, mais uma vez, a grande adesão de associados, que reunidos num almoço, serviço no refeitório desta unidade militar, abrilhantado com a Banda Musical deste Regimento, que nos proporcionou, momentos de agradável convívio, os nossos parabéns, ao seu Maestro e a todos os seus elementos.

Grandes desafios, ainda temos pela frente, como a resolução dos deficientes em serviço, terceira idade, e muitos outros já agendados, são desafios, que nos são lançados, para que num último fôlego, consigamos com a nossa união, dar e receber também aquilo, que ainda não foi conseguido.

Com o nosso querer e perseverança, vamos demonstrar a quem rege os destinos deste País, que nós temos ainda em mente as palavras do Juramento de Bandeira "defender com o risco da própria vida", o nosso bem estar, está nas nossas mãos, cabe-nos a nós defendê-lo, unindo-nos.

A União faz a força. •

Dinis Sousa

Antes da nossa morte

Li, algures que a esperança de vida do Deficiente das Forças Armadas ronda, em média, os 49 anos.

Se assim é, a esmagadora maioria dos Deficientes da guerra colonial, não pertence ao mundo dos vivos.

Mas mesmo que não seja rigorosamente assim, é indubitável que já "partiram" demasiados sem terem logrado ver satisfeitos os seus direitos às justas reparações pelas mazelas que contrairam, aquando do cumprimento do serviço militar obrigatório, na guerra das ex-colónias.

Tamanha enormidade é património daqueles que sendo, ou tendo sido, titulares de cargos políticos, não atenderam as legítimas pretensões que ao longo de "séculos" a Associação dos Deficientes das Forças Armadas lhes vem formulando.

Nós, os que restamos, repudiamos a tática hipócrita e manhosa do eterno arrastamento da resolução das questões.

Queremos soluções ainda aplicáveis, no maior espaço de tempo possível, antes da nossa morte.

A nós, aos vivos, urge fazer justiça.

Nós ganhamos as sequelas de que somos portadores, por cumprimento o dever que nos foi imposto.

Que os outros saibam ganhar simplesmente dignidade, cumprindo o seu dever para connosco.

A ADFA incumbe a árdua tarefa de chamar a si o talento capaz de conseguir agora, a concretização dos objectivos há tanto perseguidos, começando, por razões de ordem prioritária, com a consagração da contagem do tempo de serviço.

Força, que o tempo escasseia!

João Santa Rosa

Mensagem de Natal

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, venho por este meio desejar um santo Natal e feliz Ano Novo a V. Exa., Direcção, Órgãos Sociais, trabalhadores e a todos os sócios na compa-

nhia das famílias. Desejando que no próximo ano no edifício Sede, haja maior abertura de diálogo das pessoas que dirigem a sede, para que a participação dos sócios seja mais assídua.

Por isso faço votos que para o próximo ano, as pessoas que dirigem a sede, dêem voz aos sócios e aceitem ideias construtivas, onde se faça uma reestruturação geral na sede, para se possa poupar largos milhares de contos ao fim de cada ano. Penso que com um quadro mais reduzido de técnicos, uma boa reestruturação de serviços e aproveitando as boas capacidades dos sócios, talvez tenhamos um edifício com mais vida, virada para a participação dos sócios e famílias.

Sr. presidente, não com vaidade, mas com grande orgulho que fui dos primeiros dez fundadores da ADFA e faziam-se reuniões em casas particulares de camaradas nossos, onde eu era o único soldado e talvez aquele com menos instrução escolar, mas nunca deixei de dar as minhas opiniões construtivas até nos levar a ocupação do Palácio da Independência. Mais tarde sem muitos doutores e técnicos especializados, com cerca de 90 por cento de praças; fizemos todo o Historial da ADFA, não esquecendo o decreto lei 43/76.

Por isso quero fazer ver a algumas pessoas que dirigem os destinos da sede, que não é por haver muitos doutores ou técnicos, que hoje, nos orgulharmos do Império que temos. Mas, talvez haja algumas pessoas que não nos querem ouvir, face a grandes ausências de participação, por parte das mesmas, na vida activa da ADFA.

Por uma ADFA cada vez mais forte, onde todos tenham os mesmos direitos.

Fernando Carvalho



VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços



da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

CONCESSIONÁRIO FIAT



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiçoga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

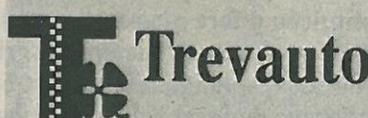
VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO LANCIA

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiçoga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

A Culpa é do Mosquito

Em Portugal, a Malária é conhecida por Paludismo, doença de risco para quem se desloca aos países de clima quente nos trópicos. É uma doença infecciosa parasitária grave, que é transmitida pela picada do mosquito *Anopheles*.

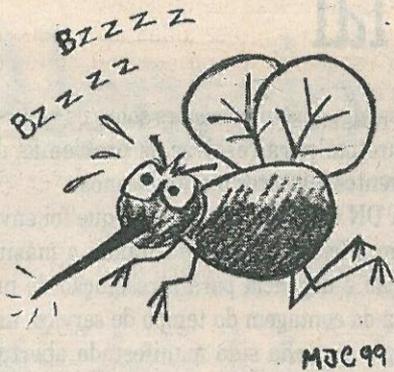
Os parasitas da malária são organismos unicelulares, protozoários, denominados por plasmódios. No ser humano, a doença pode ser provocada por algumas espécies diferentes, o *Plasmodium Falciparum*, o *Plasmodium Vivax*, o *Plasmodium Ovale* e o *Plasmodium Malariae*. Cada espécie passa parte do seu ciclo biológico como parasita do ser humano e outra parte no mosquito *Anopheles*.

As tentativas ao longo dos anos para controlar a doença, resultaram numa maior resistência dos mosquitos aos insecticidas e, em certas regiões, os parasitas da Malária tornaram-se mais resistentes aos medicamentos.

O começo do ciclo dá-se quando um mosquito infectado pica um ser humano. Os plasmódios na saliva do mosquito penetram na circulação sanguínea, invadem o fígado e os glóbulos vermelhos, onde se multiplicam. Quando as células vermelhas se rompem, os parasitas, invadem outros glóbulos vermelhos que evoluem para formas que infectam mosquitos. E o ciclo repete-se.

O tempo que decorre entre a picada do mosquito e o aparecimento dos tremores e arrepios varia entre uma a duas semanas, podendo prolongar-se até um ano.

O *Plasmodium Falciparum* apresenta três fases de febres: a fria, com tremores e arrepios; a fase quente, que pode atingir temperaturas de 40,5 graus centígrados, e por último, com a diminuição da temperatura, a fase de suores que molham as roupas e a cama. Normalmente, estas crises são acompanhadas por dores de cabeça, vômitos e mal-estar. O doente sente-se cansado, fraco e adormece.



Nas infecções provocadas pelo *Vivax* ou pelo *Ovale* em alguns casos, os glóbulos vermelhos rompem-se em cada ciclo e a febre desenvolve-se de forma intermitente. Em relação ao *Malariae*, a febre aparece de três em três dias.

A Malária *Falciparum* é a mais grave, tornando-se fatal numa questão de poucos dias após o aparecimento do sintoma. A

febre é irregular e prolongada e os sintomas são parecidos com os da gripe, e por isso nem sempre é detectada prontamente. Os glóbulos vermelhos infectados pelos parasitas, obstruem os vasos sanguíneos dos órgãos vitais, atacando os rins, o baço e o cérebro, originando convulsões e coma. Com todas estas irregularidades no organismo, podem surgir anemias hemolíticas, insuficiências renais e hepáticas.

Mesmo as pessoas que tomam medicamentos antimaláricos podem contrair a doença. Depois de uma viagem aos trópicos, se surgir febre e dores de cabeça deve comunicar-se imediatamente com o médico, para uma recolha de amostras de sangue colhidas a intervalos de 6 a 12 horas.

O tratamento usual para todos os tipos de malária é a cloroquina ou sulfato de quinina (quinino), que erradica os parasitas do sangue, com a exceção da *Falciparum*, que é resistente a este composto, requer hospitalização, e outros medicamentos antimaláricos, sendo por vezes, necessária a transfusão de sangue.

Quem pretenda viajar ou se desloca com frequência aos trópicos, deve estar sempre atento ao principal sintoma, a febre.

Acredite que não é só tratar da viagem, e para não entrar com o passaporte para o "ciclo repetitivo do mosquito", cuide-se. •

Maria José Carriço

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

HORIZONTAIS

1 - nome de mulher; Manuel. 2 - canção; roa. 3 - negativa; bacía; três vogais. 4 - Pronome pessoal; mês; sorri. 5 - fala; vazia. 6 - oceano; adoro. 7 - chefe etíope; utiliza. 8 - aspecto; detergente; que já não é. 9 - viscera; sente dor; pronome pessoal. 10 - gostar; içar. 11 - passar rente; fruto.

VERTICAIS

1 - deuses romanos dos mortos; estacar. 2 - ave marítima, verseja. 3 - curso de água; oferecer; obstáculo. 4 - caminhava; visas; batráquio. 5 - calma; Sociedade Anónima Desportiva. 6 - gracejar; mamífero ruminante. 7 - ferro temperado; interjeição. 8 - vento; pôr do sol; antemeridiano. 9 - navio; criadeira; aro. 10 - líquido volátil; prender com gavinhas. 11 - fiéis; lança num documento.

SOLUÇÕES

HORIZONTAIS

1 - Marta; Manuel. 2 - ar; sabão; ex. 9 - rim; dot; ela. 10 - amar; alar. 11 - rasar; amora.

VERTICAIS

1 - manes; parar. 2 - arau; rima. 3 - rio; dar; mas. 4 - ia; mltas; ra. 5 - paz; SAD. 6 - ri; bol. 7 - ago; uat. 8 - ar; oca; AM. 9 - nau; ama; elo. 10 - eter; clar. 11 - leais; exara.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

João Mendes

Associado n.º 10189
85 anos



Residia em Paradela, Santo Tirso.

Laura Nunes Dias

Associado n.º 6022
80 anos



Residia no Porto.

Manuel Gomes Vieira

Associado n.º 12455
52 anos



Residia na Ericeira. Deixa viúva Maria Guilhermina S. N. Vieira. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 2555, Batalhão de Caçadores 2881.

Manuel Marques da Silva

Associado n.º 4534
49 anos
Faleceu em
Abril de 1992



Residia em Sande, Marco de Canaveses. Deixa viúva Maria Emília de Lemos Vieira da Silva. Serviu em Moçambique, no A.B.5 e A.B.8.

Silvino Ribeiro

Associado n.º 518
56 anos
Faleceu no dia
16/11/92



Residia em Corroios.

Voluntariado

Precisamos de ti
para apoiar os nossos camaradas

Aceitam-se inscrições de associados
para voluntariado
nos hospitais militares, no Lar Militar, ao domicílio e na Sede

Telefone 21 757 04 22 Ext. 221

Departamento de Reabilitação e Apoio Social



Deixe-me
em
Paz

Nuno
Santa Clara

Estava eu em Nampula, no Hospital Militar, no final do ano de 1967. Edifício exemplarmente concebido e bem executado, estava planeado para trabalhar com ar condicionado e com dois ocupantes por quarto; mas a falta de energia encarregou-se de impedir o funcionamento do ar condicionado, e a guerra, bem como as picadas, encarregaram-se de elevar o número de ocupantes por quarto para três...

Se ao calor e à humidade da estação quente juntarmos gesso em toda a perna direita e todo o braço esquerdo, fácil é de compreender que dormir nestas condições era o meu grande problema. Por isso, quando amavelmente me perguntaram se queria ser acordado à meia noite do dia 31 de Dezembro para comemorar a passagem de ano, a minha resposta foi "deixe-me em paz".

Estamos no mesmo período festivo, e em fim de milénio, e esta história não me sai da memória. Quem me perguntou se queria ser acordado tinha as melhores intenções, e sobretudo preocupava-se comigo. E agora é a minha vez de perguntar aos outros se querem ser incomodados nesta época. Sem esperar por respostas desabridas.

Sim, vamos incomodar os outros. Para lhes dizer que existem, e para lhes dizer que nós sabemos que eles existem. Se aprendemos a lição, vamos perguntar-lhes se querem ser acordados - ainda que a resposta seja "deixe-me em paz".

Para que haja Paz. •



Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 757 0502 Fax: 21 757 1319
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Ponto de situação

Direcção Nacional

A ADFA já remeteu o MDN a sua análise sobre um projecto legislativo que poderá vir a constituir a regulamentação da Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, relativa ao "Stress de Guerra". O Ministério da Defesa Nacional enviou à Associação o texto do projecto legislativo para consulta e parecer por parte da Direcção Nacional.

A Direcção Nacional informou também que se efectuaram contactos com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de entregar o projecto da ADFA, relativamente à instalação da Tipografia-Escola na Quinta das Camélias, no Lumiar, Lisboa. A Direcção Nacional está a proceder a negociações com o executivo camarário, para iniciar os trabalhos de instalação da Tipografia, ainda este mês.

Quanto à questão do DL 134/97, a Direcção Nacional referiu que foi aceite pelo Ministério da Defesa Nacional a proposta de efectuar uma reunião com os representantes dos vários grupos de trabalho sobre o assunto. "Sabemos também que, sobre o DL 134/97, os serviços jurídicos do Ministério da Defesa Nacional receberam instruções para estudarem esta questão a fundo", referiu Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da Direcção Nacional.

O Estado-Maior do Exército está a estudar a proposta da ADFA para envio de uma comissão de estudo a Moçambique, para avaliar a situação dos deficientes militares aí residentes. O Ministério da Defesa Nacional solicitou ainda aos três ramos das Forças Ar-

madas algumas informações sobre os recursos financeiros para resolver os problemas dos deficientes militares moçambicanos.

A DN referiu ainda ao ELO que foi enviado um ofício ao MDN solicitando a máxima atenção e urgência para a resolução do problema da contagem do tempo de serviço, uma vez que já tinha sido manifestada abertura sobre esta questão por parte dos ministros anteriores.

Insistiu-se junto da direcção da ADME para que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para que as unidades paguem as participações em atraso. A DN foi também recebida pelo General-Quartel-Mestre General para tratar do material militar que vai ficar à guarda do Museu da Guerra Colonial, em Famalicão.

A ADFA continua a insistir para que seja resolvido o problema do alojamento dos associados africanos que se dirigem a Portugal para tratamentos, uma vez que o Anexo do HMP vai fechar. A sugestão da ADFA quanto a novas instalações para acolhimento destes associados foi que se utilizassem as instalações da Escola de Material Electromecânico de Paço D'Arcos (EMEL).

A ADFA entrevistou junto do secretário de Estado da Inserção Social, no sentido de serem disponibilizadas verbas para fazerem face aos problemas resultantes do "Bug 2000", à semelhança do praticado para as PME. •

R.V.

A equipa
do ELO
deseja a todos os leitores,
amigos e colaboradores um
Felix Ano Novo

IV Congresso

Reuniões na área de Lisboa

Os associados da área de Lisboa estão em plena actividade no que diz respeito ao debate dos objectivos do Congresso.

Durante o mês de Janeiro vão efectuar-se as reuniões para debate e eventual surgimento de teses que deverão ser apresentadas até 31 de Janeiro.

As reuniões estão agendadas para as seguintes datas:

Dia 7 de Janeiro, pelas 18h00

• Cinema da Encarnação.

Dia 7 de Janeiro, pelas 21h00

• Corroios, Ginásio Clube de Corroios, Rua Ginásio Clube de Corroios, N.º 19.

Dia 13 de Janeiro, pelas 14h30

• Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, em Lisboa.

Dia 14 de Janeiro, pelas 20h30

• Associação dos Fuzileiros, Rua D. João de Castro, 29, Qt. da Lomba, Barreiro (Frente à Escola Secundária de St. André).

Dia 14 de Janeiro, pelas 21h00

• Sala de Reuniões da Assembleia Municipal de Alcobaca.

Dia 15 de Janeiro, pelas 15h00

• Sala do Museu da Forataleza de Peniche.

Dia 15 de Janeiro, pelas 15h00

• Junta de Freguesia de Aveiras de Cima.

Dia 19 de Janeiro, pelas 14h30

• Linho.

Dia 21 de Janeiro, pelas 19h00

• Sede Nacional (a pedido de um grupo de associados).

Dia 28 de Janeiro - Sede Nacional. •

R.V.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos
disponíveis



Atendimento
personalizado



Técnicos
especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53



RENAULT

Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa

Um Primeiro Encontro

Intervenção do Director do ELO, António Carreiro, na Sessão de Abertura

Ao comemorar o 25º aniversário do ELO, demo-nos conta de que 25 anos em democracia abriram as portas da livre associação e, mesmo no âmbito militar com as restrições de direitos existentes, surgiu um grande número de associações.

Constatámos, porém, que sendo nós também associação e com objectivos próximos ou mesmo coincidentes nos encontramos longe uns dos outros e com grandes falhas de intercomunicação.

Pareceu-nos, assim, que uma boa forma de marcar estes 25 anos de trabalho árduo, em prol de todos, seria promover este Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa, a fim de estabelecermos elos de ligação entre uns e outros e entre os nossos órgãos de informação.

Os Combatentes, o Associativismo, os Jovens

Intervenção do presidente da MAGN da ADFA, Jorge Maurício, na Sessão de Abertura

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, Jorge Maurício, na Sessão de Abertura do 1º Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa

Senhor secretário nacional adjunto para a Reabilitação;

Senhor Coronel Santa Clara Gomes, representante da Direcção Nacional da ADFA;

Senhor Coronel Perestrello, representante da Liga dos Combatentes;

Caro amigo, Dr. António Carreiro, o homem em quem nós hoje encontramos o prazer de dar os parabéns ao ELO;

Queria começar com um abraço ao Dr. Carreiro, que neste momento é o director do ELO, e nesse abraço colocar a minha gratidão e a gratidão de todos nós por todos os obreiros do ELO que durante 25 anos fizeram com que o nosso mensário chegasse a nossas casas, às casas dos nossos amigos, às instituições nossas amigas e levasse a nossa mensagem, a nossa palavra.

O ELO não é um simples jornal. O ELO é a história desta casa. É uma história de sofrimento, de dedicação a uma causa que considerados muito nobre.

A ADFA nasceu, como dizem os militares, pelo "estado de necessidade". Houve uma guerra por onde passaram cerca de um milhão de combatentes e dessa guerra houve sequelas, houve despojos humanos de que resultaram cerca de 30 mil feridos, cerca de nove mil camaradas nossos que morreram e há todo um esforço de guerra que o País, na sua globalidade, representou. Ao falar do esforço de guerra e, já que este encontro é um encontro de reflexão aberta, não queria deixar de dizer algumas palavras sobre o Monumento aos Ex-Combatentes do Ultramar, tal como nós o entendemos e vemos.

Para nós, aquele Monumento representa o esforço de guerra. E no esforço de guerra que o Monumento simboliza, podemos encontrar a fadiga, a sede, a fome, a falta de assistência médica e medicamentosa, podemos encontrar o medo, as saudades da família, enfim, tudo aquilo que é natural e normal acontecer nos teatros de operações.

Esse Monumento é, pois, o símbolo do sacrifício desse milhão de homens. Mas não é só desse milhão de homens. Também é o símbolo do sofrimento das famílias, das esposas, dos filhos, dos pais, dos nossos amigos que nos viram partir.

Aquele Monumento é o esforço de um País inteiro, que durante muitos anos suportou uma guerra em termos económicos, numa altura em que cerca de 50 por cento do orçamento do Estado é empenhado no esforço de guerra.

Portanto, aquele Monumento não é meu, nem é teu, não é de ninguém. É de todos nós e está acima de todos nós. Não pode ser considerado uma obra do 25 de Abril, do 11 de Março, nem uma obra do 25 de Novembro, ou do 10 de Junho. Aquele Monumento é uma obra de ex-combatentes, é uma obra de geração, é uma obra de um Povo.

Poderá haver combatentes que sentem orgulho por

Todos sabemos quão importante é conhecer os pontos de vista dos outros e levá-los ao conhecimento do maior número de pessoas.

Tendo todos, seguramente, como objectivo melhorar as condições de vida dos militares e ex-militares e a defesa do prestígio da Instituição Militar, naturalmente que será muito mais fácil levar por diante a nossa acção se se concertarem pontos de vista, se se coordenarem esforços, se se reunirem sinergias.

Claro está que para isto temos que saber quem somos, onde estamos e para onde vamos; isto é, temos de nos conhecer!

O ELO localizou cerca de vinte associações, que contactou para este Encontro, estando aqui presentes cerca de metade. É um primeiro passo que, esperamos, venha a dar frutos.

Pela parte do ELO sentimos sempre a necessidade de chegar muito mais longe e de veicular para os nossos leitores as notícias do que se passa à nossa volta e, em especial, o que diz respeito aos militares, cujas associações são de certo um representante e interlocutor privilegiado.

terem sido combatentes. Mas, se é natural muitos ex-combatentes sentirem esse orgulho, não podemos nunca sentir vergonha de sermos ex-combatentes.

Dentro daqueles valores sagrados que há nas pátrias, um deles é o cumprimento do Serviço Militar. E nós, frente à bandeira nacional, jurámos defender a Pátria até às últimas consequências e nós, ex-combatentes portugueses, nós, esse milhão de ex-combatentes da Guerra do Ultramar, tal como os largos milhares de ex-combatentes de outras guerras e de outros conflitos, cumprimos com a nossa obrigação. Nós demos o melhor de nós. Penso que disso não restarão dúvidas para ninguém.

Agora, as sociedades são ingratas. Tão depressa apertam no peito os seus ex-combatentes e os consideram os seus melhores filhos, como os esquecem. A nossa sociedade fez isso aos nossos camaradas da 1ª Guerra Mundial que chegaram ao 25 de Abril na maior das indignidades, em termos de reparações pecuniárias.

Tinha na altura, recordo, o Alferes Trigo, que ainda trabalhou no decreto-lei 43/76, um grande deficiente da 1ª Guerra Mundial, uma pensão de 100 escudos por mês, aquando do 25 de Abril.

Já foi esta casa que foi buscar todos esses nossos camaradas e os trouxe para o nosso decreto-lei e tiveram um resto de vida com alguma dignidade e com alguma segurança social.

(...) Dizia há pouco que a sociedade abraça os seus ex-combatentes como os seus melhores filhos, como os rejeita, abandona e esquece. Queria também focar - já que estão aqui representadas associações de militares, já que somos militares ou ex-militares, e já que consideramos que a nossa grande aliada é a Instituição Militar - que queremos contribuir também e queremos, porventura, dar passos importantes entre as organizações, na clarificação da pessoa militar no nosso País. Nós verificámos que - e isso aconteceu nos governos anteriores - as Forças Armadas e os seus servidores começaram a ser considerados como consumidores-sorvedouros do orçamento do Estado. Neste momento, somos quase parentes pobres da nossa sociedade. Somos indivíduos que consumimos, sem grande resultado para a Nação, os impostos dos contribuintes de Portugal.

E agora estamos a atravessar uma fase no País em que, em determinadas alturas, os políticos jogam um bocadinho com o orçamento e com as verbas do Estado e que nós temos em cada contribuinte um patrão. E cada contribuinte tem o direito de dizer mal de nós se isso lhe aprouver.

Penso que a imprensa militar e que a imprensa das associações de militares terá aqui uma importância fundamental na clarificação dos conceitos, uma importância fulcral na defesa dos militares e dos ex-militares e da sua vida em termos de sacrifício. Não basta, efectivamente, que nos dêem umas palmadas nas costas quando é necessário ir para a frente de combate, é necessário que, quando alguma coisa nos acontece lá nessa frente, tenhamos de facto a solidariedade da Instituição Militar, mas, sobretudo, de toda a Nação.

(...) Há, pois, a necessidade de conseguir uma grande unidade entre os ex-combatentes. Servimos numa causa

Talvez que alguns leitores do nosso Jornal, não saibam os vários significados da palavra ELO, que apesar de pequena é das maiores que a língua portuguesa tem.

Consultando as enciclopédias, verifica-se que "elo" é um substantivo masculino, que pode significar anel, argola, abraço, gavinha, aro, nexo, ligação, união e ainda nome que se dava antigamente à oitava parte de uma pedra de linho que pesava oito arráteis.

No caso concreto do nosso Jornal, e minha opinião é exactamente o abraço, a ligação, a união, a solidariedade, para além da informação que nos chega mensalmente.

Complementam-se 25 anos de tudo isto, e da luta

Porém, não o temos feito tanto quanto desejável, também por falta de informação. A troca recíproca de jornais, revistas e boletins, tão elementar, é algo que até hoje não conseguimos com eficiência!

Por exemplo, sobre assuntos relativos ao Estatuto dos Militares, à Lei do Serviço Militar, a estruturas remuneratórias, à reparação de danos, à assistência médica e medicamentosa, a pensões, a reabilitação e tantos outros que preocupam não só a ADFA e o ELO como as associações aqui presentes, não trocamos impressões nem concertamos a sua divulgação nos meios de comunicação de que dispomos.

Esperamos, assim, que o debate iniciado com este primeiro Encontro seja proveitoso, constituindo um primeiro passo no sentido da nossa aproximação.

Se assim for, o ELO, agradecendo o contributo valioso que as associações deram para o êxito da iniciativa e o esforço da vossa presença, sentir-se-á orgulhoso da comemoração dos seus vinte cinco anos. •

comum e temos dificuldades específicas, temos necessidades de, efectivamente, fazer determinadas coisas para que os ex-combatentes, os militares, neste País voltem a ser considerados como pessoas de corpo inteiro, pessoas que fazem parte da nossa Nação, da nossa Pátria.

Já lá vão uns sete anos de vida associativa vertiginosa, antes da 6ª Conferência sobre Legislação Militar que se realizou aqui em Lisboa, com organização da ADFA, e recordo que na altura a Associação sentiu a necessidade de contactar com outras associações de ex-combatentes. O contacto foi estabelecido, nós reunimo-nos, mas não se passou dessas reuniões em que trocámos impressões.

Essa necessidade que verificámos na altura e que hoje continua a ser a mesma é da representatividade dos ex-combatentes portugueses em fóruns internacionais. Estamos representados na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), pelo nosso associado António Catarino Salgado, da Direcção Nacional, mas a nossa vertente ao estar na FMAC tem mais que ver com as vítimas de guerra. Na altura, lançámos o desafio às outras organizações de militares e ex-combatentes de tentar arranjar uma representatividade nacional para estarmos nesse fórum internacional a nível de ex-combatentes, pois as suas especificidades são diferentes das dos deficientes de guerra. Já passaram alguns anos e penso que se justificava que, a nível das associações de militares e ex-combatentes, tivéssemos uma voz nesse mundo, porque se há uma linguagem comum no mundo inteiro, é a do ex-combatente. Não há dúvida de que os ex-combatentes podem agora não fazer a guerra, mas podem contribuir decisivamente para a Paz.

Queria apenas destacar um aspecto da nossa actividade ao longo destes 25 anos, que de resto tem sido passada para as páginas do ELO: o contacto que temos tido com a juventude de Portugal.

No âmbito das comemorações do nosso 25º aniversário, celebrámos um protocolo com o Ministério da Educação e fizemos colóquios em dezenas de escolas e posso dizer com todo o à vontade que, ao longo destes anos estivemos em milhares de escolas por todo o País.

E o que dizemos aos jovens nestas ocasiões?

Dizemos o que é a guerra e o que o combatente passa quando está na guerra. Falamos dos problemas de reabilitação e de reintegração social, da vida autónoma de que as pessoas deficientes necessitam. E falamos aos jovens deste País de coisas de que ninguém fala. Falar na guerra e na vida dos ex-combatentes continua a ser tabu, enquanto que há países que até exageram na maneira como tratam o tema e na forma como falam dos assuntos dos seus ex-combatentes, nós aqui estamos num silêncio atroz, parece que estamos comprometidos, envergonhados. Uma atitude da Associação tem sido ir junto das escolas para falar àqueles jovens numa coisa de que nunca ouviram falar. É devo confessar que é com todo o entusiasmo que a juventude quer saber cada vez mais daquilo que foi a nossa História recente, e estamos absolutamente convencidos de que as sementes que temos lançado nesse solo tão bom, tão fértil, vão trazer os seus frutos nos cidadãos que assim vão crescer mais conscientes e informados. •

permanente para o reconhecimento dos nossos direitos, ainda não concretizados na sua totalidade.

Faço votos, ainda que sejam necessários mais 25 anos de luta, que sejam reconhecidos e concretizados os nossos direitos, e que o nosso País se mantenha sempre nessa luta reforçando o abraço, a ligação, a união e a solidariedade.

ELO, por tudo quanto tens feito ao longo deste 25 anos, o meu muito obrigado. •

Horta Carneiro

Avaliação do Encontro

Como síntese dos trabalhos do 1º Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa, são de realçar os seguintes aspectos:

1 - Foi reconhecido que o movimento associativo militar é irreversível;

2 - Foi reconhecido que por parte das chefias militares se tem verificado uma gradual abertura ao direito de associação dos militares;

3 - Foi reafirmada a necessidade imperiosa da revisão do artº 31º da LDNFA que restringe os direitos de cidadania dos militares;

4 - Foi considerado desejável caminhar para a constituição de uma federação das associações de militares;

5 - É notória uma relativa ineficácia dos órgãos de imprensa oficiais dos Ramos em promover o debate e tratar os problemas que mais afectam os militares e foi sentida a necessidade de interligação entre os diversos órgãos de imprensa das associações, como forma de suprir as suas dificuldades e alargar o leque de leitores;

6 - Foi reconhecida a necessidade de uma maior sensibilização a nível interno e externo através dos órgãos próprios das associações e da comunicação social em geral, bem como através do recurso aos novos meios de comunicação;

7 - Foi realçada a importância destes encontros que devem continuar a realizar-se, pelo menos anualmente, para além de reuniões de trabalho com maior periodicidade;

8 - Foi reconhecido o interesse de, em futuros encontros, ser convidada a imprensa militar institucional, na qualidade de observadora;

9 - Foi considerada a necessidade de realizar um encontro nacional de antigos e actuais combatentes. •

Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa

O Associativismo Militar e os Desafios da Comunicação

O artigo 31º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), estabelece significativas restrições aos direitos de expressão, reunião, manifestação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares dos quadros permanentes (QP) das Forças Armadas, em serviço efectivo, permitindo-lhes, no entanto, organizarem-se em associações profissionais com competência deontológica.

E se os militares nas situações de reserva e reforma, através da ASMIR, e os sargentos dos QP, unidos na ANS, iniciaram mais cedo o caminho do associativismo, os oficiais só em 8 de Outubro de 1992 fundaram a AOFA. E fizeram-no por terem concluído, nos meses que antecederam a publicação da Lei n.º 15/92, de 5 de Agosto (que ficou impropriamente conhecida como "lei dos coronéis"), que era importante dar continuidade à acção de defesa de legítimos direitos e expectativas, então desenvolvida, e que contribuiria decisivamente para melhorar, apesar de tudo, o projecto inicial do diploma.

O processo de afirmação da associação foi, como se sabe, difícil.

As resistências à mudança, dos diversos poderes, eram (são) muitas, os receios dos nossos camaradas elevadíssimos e o campo de actuação legal estreitíssimo.

A acção ponderada da AOFA, sempre no respeito do enquadramento legal e dos Valores em que todos fomos formados, produziu entretanto os seus frutos.

Reconhecido o associativismo como elemento essencial ao funcionamento equilibrado da Instituição Militar, pelas Presidência da República, Assembleia da República e, a espaços (e muito timidamente), pelo Ministério da Defesa Nacional, tem-se vindo a tornar progressivamente mais fácil (e menos arriscado, até) defender os direitos dos que servem nas fileiras, ainda que de forma raramente institucionalizada e utilizando quase exclusivamente a arma da comunicação.

Com efeito e apesar embora os contributos muito positivos que as associações têm trazido, quando solicitadas directamente para tal, ao estudo de assuntos com reflexos nos universos que representam, só episodicamente (e de forma claramente insuficiente) a sua colaboração tem sido requerida.

Daí que as associações (e particularmente a AOFA) se tenham sentido na necessidade de privilegiar outros caminhos.

Partindo da divulgação de comunicados e breves documentos informativos, para chegar à página na INTERNET, passando pela edição quadrimestral de um Boletim, foi possível, não só ganhar e consolidar a confiança dos oficiais, a partir da justeza das posições da AOFA, no que se refere à defesa dos respectivos interesses, como também influenciar algumas decisões.

Paralelamente desenvolveu-se a aproximação aos profissionais da Comunicação Social, o que nem sempre ocorreu facilmente, dada a real capacidade de intervir indirectamente de que dispõem poderes resistentes à mudança.

Mas a persistência e a reconhecida seriedade com que a AOFA (e restantes associações) aborda os problemas deram igualmente resultado.

Tornou-se finalmente frequente ver questões que nos interessam tratadas, de modo crescentemente responsável, nos órgãos que têm por missão esclarecer e formar a opinião pública.

E, não há muito tempo, os militares viram, pela

primeira vez, algumas das suas preocupações mais sentidas ser transmitidas em directo pelas empresas de rádio e televisão, o que, reconhecidamente, tornou mais célere uma decisão que, não coincidindo com as expectativas, melhorou o quadro anterior.

Tudo isto teve lugar sem que a imagem dos que servem o País nas Forças Armadas se ressentisse minimamente, junto dos seus concidadãos, tanto mais que, simultaneamente, a Instituição Militar se reafirmava, disciplinadamente e com uma notável eficácia, tendo em conta os meios de que dispõe, como instrumento imprescindível da Política Externa do Estado.

Torna-se, por isso, possível aguardar com muita confiança que, no quadro de transparência que se iniciou, os portugueses ganhem cada vez mais consciência do papel que os militares efectivamente desempenham na sociedade que servem e lhes venham a permitir, através da revisão do artigo 31º da LDNFA pelos seus representantes, na Assembleia da República, o exercício dos direitos de cidadania de que eles, afinal, constituem a salvaguarda.

José Tasso de Figueiredo - AOFA

A Imprensa das Associações Militares e a Formação da Opinião Pública (continua na página IV)

A - Introdução

Desde que me conheço que vejo os homens mostrarem-se desconfiados e ansiosos perante situações ou factos novos ou inesperados; receamos o que desconhecemos. Para exemplo basta lembrar o gigante Adamastor que só morreu quando o Cabo das Tormentas passou a ser, pela gesta Portuguesa, o Cabo da Boa Esperança.

De outro ângulo pode constatar a crescente confiança e entrega a tudo aquilo que conquistamos, não pela posse, mas pela compreensão; é a tendência natural do homem para se dar e amar na razão directa do conhecimento das coisas.

Vem isto a propósito do meu profundo interesse pela imprensa como meio privilegiado para transmitir ideias, opiniões e raciocínios. De facto, é mais difícil à imprensa sobrecarregar os acontecimentos com uma tão grande carga emocional como são capazes de fazer a rádio e a televisão. Daqui a vantagem do meio de comunicação escrito para favorecer o fluxo de raciocínios e permitir a reflexão de ideias.

Comecei a "meter o nariz" nestas coisas da imprensa e da opinião pública há pouco mais de duas décadas; a relação que daí adveio foi muito positiva e provocou em mim uma grande necessidade de saber mais e uma dedicação crescente a esta causa. Se o assunto em discussão é a Imprensa das Associações Militares, por maioria de razão gosto de estar presente para colher os frutos que amadurecerem e, se possível, contribuir para o crescimento daqueles que hão-de vir a ser escolhidos no futuro.

B - O Impacto da Imprensa Militar

Há algum tempo já que me questionava sobre a adesão e a simpatia que a imprensa militar desperta no seu público.

Aproveitei a ocasião para proceder a um inquérito suficientemente alargado para que os resultados deixem antever atitude do universo dos leitores habituais da imprensa militar.

Foram ouvidos cerca de 150 civis e militares e, entre estes, foi registada a opinião de vários escalões hierárquicos, desde praças a oficiais superiores. Foi formulada uma única proposição:

- Classifique numa escala de 0 a 10 valores o seu gosto pela imprensa militar.

- A explicação dada individualmente deixava perceber que ao 0 (zero) devia corresponder desprezo absoluto ou posição ferozmente contra, enquanto a nota 10 (dez) devia ser utilizada no caso de um interesse desmedido ou de uma concordância absoluta com o conteúdo.

Os resultados finais foram então reduzidos a um diagrama onde, percentualmente, se pôde representar a adesão do universo Forças Armadas às revistas e jornais por si editadas. Dúvidas podem ser postas sobre a representatividade da amostra que teve como base fundamental o pessoal militar e civil da Força Aérea; foi um risco assumido já que outro tipo de solução se mostrou impraticável dentro do tempo disponível para o efeito.

A imagem que imediatamente salta ao nossos olhos é de uma curva normal de Gauss que, matematicamente, indica a distribuição aleatória dos elementos de um universo. No caso, presente, que conclusão será lícito tirar?

Que da parte do leitor da imprensa militar existe uma certa apatia, uma opinião pouco esclarecida, um

desinteresse que não provoca sequer antipatia; a atitude é indiferenciada, não existe na realidade um movimento de opinião em relação ao assunto; é algo que se tolera porque existe, mas em que não há um empenhamento afectivo real.

Por oposição à curva de Gauss podem ocorrer as curvas em L ou em J que representariam, respectivamente, um muito forte sentimento de rejeição ou de profunda concordância e ligação afectiva.

O extremar de sentimentos que estas curvas denotam não será, concerteza, a missão das revistas ou jornais que estão na origem deste colóquio; acredito porém que será extremamente benéfico e sinal de vitalidade e de uma certa ebulição se a curva real fosse semelhante à que se mostra em seguida.

De realçar três zonas principais:

- O deslocamento para a direita da parte média da curva de Gauss o que mostra grande mobilização e aceitação;

- Uma área quase nula entre o 2 e o 5 que demonstra exactamente que não há público desinteressado;

- Finalmente, a animosidade explícita no pequeno L entre o 0 e o 2, reflecte que algo pode ser melhorado ou que o conteúdo põe a nu algumas posições de pessoas acomodadas ou privilegiadas.

Eis o que pretende com esta comunicação; aventar uma hipótese que modifique a curva normal do Gauss no numa outra que reflecta da parte do público maior receptividade, motivação para participar activamente, choque de ideias que origem maior conhecimento mútuo, numa palavra, diálogo aberto entre quem emite e quem recebe.

C - Quem é o emissor?

Está fora de questão que vivemos no que poderíamos chamar de "Era de Informação". Nos últimos 20 anos foram editados mais livros que nos anteriores 500; a rádio e a televisão transportaram já ao século XX grupos sociais até aí fechados e onde o poder estava no anção que conseguia recordar as lições do passado.

Com o advento da comunicação a força e o saber deixam de ser pertença do cientista e passam para as mãos do homem informado; mais do que isso, os factos só existem se houver alguém que os comunique; o poder está na mão do homem que informa. É preciso que o emissor de um qualquer meio de comunicação de massa compreenda e saiba utilizar o poder que detém; hoje por hoje, a concepção que o indivíduo normal tem do mundo é, em boa parte, aquela que lhe foi injectada através da televisão, rádio e imprensa.

Atalho de foice convirá alinhar duas questões sobre os emissores da imprensa das Associações Militares em Portugal.

- A publicação em causa está enquadrada numa política geral de informação definida pelo emissor ou, pelo contrário, é considerada algo exterior, como que consentida?

- Existe uma posição reflectida e assumida sobre qual a mensagem que interessa veicular e qual o público a que se destina?

É gratuito formular outras questões sem que saibamos exactamente as respostas às precedentes.

D - Quem é o Receptor? De que Mensagem?

Tempo houve em que se pensou que a

comunicação de massa era algo de que o público se não podia defender.

Durante a Primeira Grande Guerra Mundial e com as campanhas de propaganda nazi e comunista, chegou a admitir-se que a audiência era uma entidade passiva, um alvo indefeso e totalmente sujeito aos todo-poderosos meios de comunicação.

Estas as raízes dos métodos da Análise de Conteúdo defendidos por Lasswell que mais tarde foram denunciados por Lasarsfeld, Hovland e Bauer, os mais proeminentes de um grupo que mostrou a participação activa do receptor na leitura e aceitação da mensagem que contra ele for disparada.

Todos sabemos hoje que o público procura o que quer, interpreta as ideias e elabora raciocínios exteriores ao conteúdo, numa palavra, é interveniente activo no processo da comunicação.

Diz Maquiavel que "E do povo que interessa merecer o afecto pois ele é o mais forte e o mais poderoso"; diz Rousseau - um defensor inquestionável da liberdade - que "Quem tomar por tarefa dar leis a um povo deve saber como dirigir as opiniões e, através delas, governar as paixões dos homens".

Estes pensamentos seriam formulados hoje com acrescida actualidade.

Deles se infere a necessidade imperiosa do trabalho que a um qualquer editor compete: determinação da faixa de público que pretende atingir com a sua mensagem e estudo pormenorizado desse mesmo público, considerado individualmente e em grupo. Limitando-me à imprensa das Associações Militares julgo importante formular uma pergunta e abrir algumas perspectivas de solução:

- Deve a imprensa das Associações Militares restringir-se essencialmente aos sócios?

Perante resposta afirmativa, há que considerar o universo de leitores como uma multidão heterogénea, com referenciais de cultura e intelecto muito diferenciados embora, não o esqueçamos, muito idênticos nas suas paixões, sentimentos e crenças.

Nesta ordem de ideias, para atingir o objectivo que é formar e informar, há que satisfazer todos, abrindo o leque numa tentativa de conseguir um sincretismo de muito difícil execução.

Tanto assim que muitas FF. AA. multiplicam os títulos editados para satisfazer e atingir os diversos subgrupos não miscíveis dentro do conjunto global.

Mas pode ser que a resposta à pergunta atrás enunciada seja negativa o que, recorde, equivale a tomar a prévia decisão de que o receptor de determinada revista ou jornal é também, não só o conjunto dos sócios, mas o núcleo alargado dos seus amigos e familiares.

Alargamos assim o espectro do público potencialmente atingido, o que dificulta a selecção da matéria a incluir, mas origina a possibilidade da comunicação directa entre as Associações Militares e franjas da população civil.

Eis aqui um campo riquíssimo que, a meu ver, seria credor de uma chamada de atenção e uma linha de acção consequente.

Há alguns anos já escrevia Fernando Dacosta no "JORNAL":

- "No dia-a-dia as Forças Armadas não reconhecem o direito dos cidadãos a serem informados sobre elas e toleram mal... o papel da Imprensa; os pedidos de esclarecimentos dirigidos pela Comissão Social entram-lhe em becos de burocracia e arrogância, o secretismo mantém-se total... A contestação exterior, emergente no público,

na Imprensa, nos políticos, leva a instituição a fechar-se ainda mais sobre si, preferindo, à abertura e à transparência, a rigidez e o radicalismo".

Julgo ser correcta a posição daquele jornalista sobre a falta de vocação das FF. AA. para se voltarem para o exterior, para o povo donde emanam, fingindo não ver que há perguntas não respondidas, dúvidas que amanhã vão ser certezas. A falta de informação esclarecida que mostre, pela afirmativa, as razões, os valores e a vivência das FF. AA. facilita a acção dos que, por razões claras ou obscuras, delas vão moldando uma imagem deformada ou apocalíptica que se estratifica e cria uma atitude pública de desconfiança ou desapego.

É minha convicção ser obrigatório e urgente que alguma imprensa militar tenha como destinatário o público exterior, os cidadãos não militares de todos os níveis académicos, literatos ou não, líderes de opinião ou elementos anónimos do grupo. A mensagem, como já se disse, deverá ser centrada na vivência e nos valores que nos são próprios e de que nos orgulhamos e, mais do que tudo, na explicação - actualizada - das razões que justificam, no final do século XX, umas FF. AA. modernas e evoluídas que permitam que um povo independente e nobre se mantenha nobre e, tanto quanto possível, independente. A imprensa das Associações Militares deve colaborar nessa força de esclarecimento e, para além dos assuntos que pragmaticamente mais interessam os sócios, ser veículo de ideias patrióticas e de promoção da Instituição Castrense donde nasceram.

E - À Laia de Conclusão

Sinto que o caminho percorrido foi um pouco sinuoso e a matéria se pode apresentar um pouco densa devido ao limite de tempo a que nos temos de subordinar.

Pode perguntar-se então por que não me limitei a apresentar em mais detalhe um ou dois pontos os quais poderiam ser sujeitos a um tratamento sistemático que apresentasse, no final, conclusões académicamente insuspeitas e de difícil réplica. Em resposta direi o que fiz propositadamente.

Vivemos um tempo e um mundo em que tudo é posto em causa; a maioria das vezes o objectivo não é reconstruir (com uma forma mais adequada ao tempo que é e que há de ser), mas tão só por em causa para destruir a fé e o enquadramento ideológico e institucional.

São as FF. AA. alvo primário primário desta acção de desgaste dentro dos países onde a liberdade de pensamento e acção permite que pensadores e políticos exerçam uma influência nem sempre isenta de segundas intenções sobre as populações em geral através dos meios de comunicação social.

É meu parecer que as Associações Militares e a sua Imprensa se devem comprometer globalmente, duma maneira mais positiva e interveniente, na formação de opinião que os cidadãos têm das FF. AA.

Achei portanto mais conforme às necessidades do momento, e mais adequado ao ambiente coloquial desta reunião, fazer perguntas e aventar hipóteses que posteriormente possam ser discutidas e algumas linhas de acção encontradas. A imprensa das Associações Militares, se for olhada como parte importante do conjunto de meios que contribuem para as relações públicas militares, tem uma missão de destaque que deve ser reconhecida.

Quanto ao destinatário da mensagem estou convicto que existem dois tipos de público a quem a

Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa

Da Solidariedade ao Associativismo

Introdução

A solidariedade por semelhança é decerto anterior à existência do Homem. Pode ser encontrada mesmo em animais com um psiquismo elementar, enquanto que a solidariedade por divisão do trabalho só aparece nos seres dotados de psiquismo mais avançado. É portanto natural todos os seres se agrupem para sua protecção, seja globalmente contra outras espécies ou elementos adversos, seja em grupos nas lutas intra-específicas.

Não foge o Homem a esta regra, por mais elaborado e educado que seja o seu psiquismo. Todas as grandes declarações e Constituições consagram o direito de livre associação, e esse direito só pode ser retirado pela força bruta ou por sofisticadas manobras de condicionamento do comportamento, em parte aceites pelo visado.

O meio militar não poderia ficar à margem de um fenómeno tão global. E quando se diz meio militar, em termos actuais isso pode significar duas coisas:

- os militares profissionais ou profissionalizados, em que a associação pode tender a uma certa forma de sindicalismo, além de outra questões;

- os militares a título temporário, mais ou menos dilatado, configurando um exército miliciano ou os vínculos contratuais a muito curto período, em que as questões essenciais se prendem com a aproximação ao regime geral da sociedade.

Em qualquer dos casos, existe sempre um sentimento forte de pertencer, que se pode revelar desde as actividades sindicais até às reuniões de ex- ou seja, os ex-combatentes, os antigos do Batalhão X, o curso de 19__ etc.

Antecedentes

Para compreender o pensamento militar moderno, torna-se necessário recuar até aos séculos XVII-XVIII, período em que se assiste ao início do processamento científico, matemático, das coisas militares, mormente na fortificação e nas complicadas evoluções táticas. O supra-sumo desta evolução dá-se com a ordem obliqua de Frederico da Prússia, em que o soldado deixava de enfrentar directamente o inimigo, para, por assim dizer, desfilar na sua frente; isto obrigava a um enquadramento profissionalizado e a uma disciplina férrea (tal como acontecera com as legiões romanas), em que o soldado deveria ter mais medo do cabo do que do inimigo. Passaram todas as evoluções tecnológicas, até à arma nuclear, mas o espírito da sacrossanta disciplina, da actividade de conjunto para criar o espírito de corpo (o drill), não só perdurou mas extravasou para outras áreas da actividade humana. Paralelamente, assistiu-se ao lançamento do Estado centralizado, monopolista da violência organizada.

Mau grado todos os avanços sociais, o século XIX

só aditaria a este enquadramento o da nação em armas, ou da massificação e totalitarização das guerras, com o seu apogeu nas I e II guerras mundiais.

A complexidade dos problemas levantados a esta escala e a dificuldade de os controlar teve como resultado a entrega da coisa militar a uma casta especial, verdadeira clique, que, como todos os detentores do poder, tendeu para o conformismo e imobilismo. O entrosamento desta casta com a restante sociedade tomou vários rumos, em função das condições de cada país: apoio na tradição, no caso inglês; adulação, em França; conflito permanente, na Península Ibérica. Mas sempre com o pano de fundo da tentativa de controlo, por parte das forças políticas, e da defesa do status, por parte dos militares. Daí que os políticos procurassem controlar a classe guerreira, através das suas cúpulas, e que estas aceitassem esse domínio, em troca da estabilidade institucional.

O conflito entre armas e togas, já conhecido na Roma antiga, acabou aparentemente no final do século XX, em Portugal, com o primado do poder civil. Mais de cem anos de desordens, revoluções e pronunciamentos deixaram marcas na nossa sociedade, e os pontos de viragem deste século (5 de Outubro; 28 de Maio e 25 de Abril) fizeram-se pela força das armas. Por isso, aparece como natural a aspiração de fazer regressar os militares aos quartéis; os próprios militares não parecem ter outras aspirações, mas será tão simples como isso? Uma coisa é regressar a quartéis, outra é estar segregado nos quartéis.

Participação

A interacção entre os poderes civil e militar teve o mérito de não segregar os militares. Até ao final da 1ª República, era uma constante a presença de militares em todas as actividades políticas e culturais - uma presença até desejada, e, pelo lado castrense, suficientemente atractiva para que, sobretudo no período de 1910-26, a filiação partidária fosse coisa normal e mesmo procurada de forma interessada.

O regime saído do 28 de Maio procurou inverter esta tendência; Salazar pactuou com os militares enquanto a correlação de forças a isso o obrigou, mas cedo tratou de os relegar para dentro dos quartéis, sobretudo pela mão de Santos Costa. As Guerras Civil de Espanha e II Mundial, fornecendo uma ameaça externa, ajudaram a este objectivo. Para o homem tão avesso a partidos que nem quis criar o seu, e tão avesso a debates públicos que nunca encarou o seu formalmente incontornável parlamento como algo que não fosse uma caixa de ressonância, qualquer associativismo era suspeito e qualquer debate fora do remanso dos gabinetes uma forma de sedição.

Mas, para além das fronteiras dos orgulhosamente sós, o Mundo evoluía e os cidadãos exigiam cada vez mais participar na vida activa, decidir dos seus destinos e ter uma palavra a dizer na construção do

futuro. Tal postura passa obrigatoriamente pela associação, já que uma voz isolada não tem hipótese de ser ouvida, tendo ido mesmo até à massificação.

A expansão e domínio do conhecimento obrigaram também ao debate, uma vez que estava definitivamente fora de causa o saber enciclopédico. E o debate, para ser criativo, tem de ser livre.

A divisão do trabalho acentuou-se, com o consequente isolamento dos indivíduos e novamente a resposta foi procurada na associação - diversificada por áreas de actividade e/ou por afinidades políticas e culturais, mas associação.

Mitos e chavões

A justificação encontrada para o apregoado apoliticismo dos militares foi a da sua especificidade como corpo e garante dos valores mais elevados, dando como que uma imagem mística da instituição militar; transcrita na prática por algumas medidas de ordem administrativa, como o foro pessoal no enquadramento jurídico ou o regime fiscal e remuneratório, tendo como fim a criação do mito da casta à parte.

Na verdade esta situação mais não era do que uma adaptação ao meio militar do colete de forças corporativo, e da restrição do direito de associação à integração nas instituições criadas e controladas pelo regime.

Certo é que a ideia, de tanto repetida, calou fundo na mentalidade dos portugueses, e mesmo após a completa institucionalização e consolidação da Democracia, a frase os militares para os quartéis continuou a ser ouvida, sem que aparentemente ninguém notasse que a frase é tão absurda como os médicos para os hospitais ou os professores para as escolas.

Cidadania plena

Sempre que se pretenda constituir um grupo, há forçosamente de obter a coesão à custa de cedências mútuas; e quanto maior for a coesão necessária, ou seja quanto mais vitais forem os interesses a defender, maiores terão de ser as cedências.

Não há razão para que uma qualquer classe de cidadãos seja, à partida, diminuída nos seus direitos. Se há imperativos de coesão que podem condicionar um direito, há de imediato que tutelar esse direito, por forma a não diminuir a cidadania.

No caso do direito de associação, tem sido considerado pacífico que os militares não devem (leia-se não podem) sindicalizar-se. Há mesmo um chavão que diz que o comandante deve ser sindicalista - ou então o sindicato aparece. Vemos agora surgir uma série de associações que têm o cuidado de se definir como não sindicais, mas deontológicas, profissionais, de debate, etc. Se a negação do direito de sindicalização não passa de um resquício de corporativismo, é um ponto de discussão lançado à mesa. Mas não podemos esquecer que se trata de um assunto sempre presente nas críticas das posições, e sempre, adiado por todos os governos.

Imperativo do debate

Não é por acaso que as sociedades mais evoluídas, assentam numa organização aberta e participativa. Não é por acaso que as Forças Armadas desse países conhecem o seu lugar na sociedade e não estão marginalizadas. Não é por acaso que muitas das suas transformações foram precedidas de amplos debates internos e externos, e que existem mecanismos de incentivo à participação dos militares nesses debates, premiando mesmo aqueles que mais contribuem para a evolução da Instituição.

Isto porque a uma leitura atenta da História, na sua vertente militar, aponta inequivocamente como causas de derrota o conformismo, o imobilismo e o espírito sectário. De gerais que se opuseram tenazmente a novas doutrinas, técnicas e métodos está a nossa memória cheia, e o carro de combate e o avião são disso bons exemplos.

Um debate alargado é portanto não apenas uma atitude política, mas um requisito de eficácia, e um forma de integrar as Forças Armadas na sociedade que lhes dá razão de ser. E esta participação activa não se pode circunscrever aos meios castrenses, sob pena de estiolar, ou de ser sufocada suavemente, por razões como não ser oportuno... Daqui o papel fundamental, neste campo, das associações de militares.

Pluralismo

Associações de militares não são associações militares. E militares há muitos: oficiais, sargentos e praças; profissionais, contratados e milicianos; da Marinha, Exército, Força Aérea, ou outras Instituições militares; do activo, reserva e reforma, etc. Sob um fundo comum, uma diversidade de interesses, alguns difíceis de conciliar, mas que se devem legitimamente organizar. Seria ruinoso para todas as partes que, na defesa do particular, se perdesse de vista o fundo comum que as une. Antes a divisão de trabalho e a partilha de experiências levaria, e levará decerto, a um efeito de sinergia de que todos lucrarão.

Em guisa de conclusão

A solidariedade por semelhança e mesmo por divisão de trabalho são anteriores ao aparecimento do Homem.

O direito de associação corre da própria natureza do Homem, e coartá-la é diminuí-lo. Se a força do interesse colectivo for de molde a que este direito seja de qualquer forma restringido, têm de ser criados mecanismos para a sua tutela.

O debate é, não apenas um direito, mas um requisito de eficácia e um motor de progresso de qualquer sociedade, além de constituir uma forma de integração nessa sociedade.

Santa Clara Gomes - ADFA - A25A

Assim estamos no associativismo

(continua na página seguinte)

Permitam-me antes de mais que agradeça o convite para estarmos aqui representados e dê os parabéns por esta iniciativa: tão oportuna como relevante no momento que atravessamos e pelos temas que propõe - o Associativismo e a imprensa militar.

Oportuna, porque se realiza na reabertura do Parlamento, com nova composição política-partidária, depois de um ano de intensa luta associativa, que obrigou a urna maior clarificação das posições dos vários intervenientes do processo associativo e pela primeira vez na nossa história recente, levou a que uma maioria de Deputados na Assembleia da República considerasse oportuno rever o malfadado artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas muito embora com versões e perspectivas diferentes.

Relevante, porque, para além de ser urna matéria de grande interesse para toda a Família Militar, vem dar um valioso contributo ao debate necessário para se encontrarem as linhas de consenso indispensáveis para a evolução do associativismo para um estatuto sócio-profissional e para remover receios e preconceitos infundados, abrir as mentalidades e permitir urna maior abertura na discussão do tema - na reunião das vontades que permitirão o avanço associativo de forma elevada e construtiva e no interesse da Instituição Militar.

Embora pareça inacreditável ainda há quem questione a utilidade das associações dos militares. Segundo uns, a tutela deve ser exercida pelos chefes militares e qualquer ingerência nessa área coloca em causa os princípios da autoridade e da hierarquia. Segundo outros, o exercício dos direitos de cidadania pelos militares pode pôr em causa a própria defesa nacional, na medida em que os militares podem exorbitar o exercício desses direitos e fazer uso, por exemplo, do direito à greve.

Quanto aos argumentos dos primeiros, o

desenrolar dos acontecimentos ao longo deste ano, em torno dos vencimentos e da revisão do EMFAR, mostraram à sociedade a incapacidade dos chefes militares em tratarem e resolverem a contento os problemas sociais e profissionais que afectam os militares. Os chefes começaram por tomar alguma iniciativa relativamente a estas matérias. Ordenaram a constituição de comissões de estudo para elaborarem propostas. As primeiras versões conhecidas mereceram logo forte contestação por parte das associações: porque não resolviam os problemas que se propunham; porque algumas das medidas eram indefensáveis e caricatas, como a que atribuía 6 escalões aos GM/ALF; porque viriam criar mais problemas, para além dos que não resolviam.

Dois aspectos importantes importa realçar: as associações formularam as suas críticas num tom elevado e construtivo, não criticando os proponentes mas as propostas; os chefes, pela primeira vez, foram sensíveis às críticas, recolheram as propostas iniciais, reformularam-nas tendo em consideração algumas das críticas apresentadas e, até, foram estabelecidos canais informais de diálogo.

As associações prosseguiram na luta por serem criados canais directos de diálogo com o Ministro da Defesa Nacional muito embora sem prejudicar as diligências dos chefes militares. Antes pelo contrário: nos momentos mais decisivos do processo, as associações tudo fizeram para remover obstáculos que pudessem dificultar a resolução do problema mais premente, o dos vencimentos. Não obstante esta postura, os chefes não conseguiram que o Governo, na pessoa do Ministro Jaime Gama, tivesse adoptado as suas propostas, aprovadas por unanimidade em Conselho Superior de Defesa Militar com a presença e sob a presidência do seu antecessor, o Professor Veiga Simão. Ou seja: os chefes militares não conseguiram

salvaguardar os interesses dos seus homens - não conseguiram exercer cabalmente o dever de tutela.

A confirmá-lo vem agora o Chefe-de-estado-maior do Exército, General Martins Barrento, em entrevista ao jornal "Semanário", declarar que, nas Condições legislativas actuais, os chefes não têm meios para exercerem o dever de tutela. Está criado o vazio! E, nestas condições, só as associações dos militares o podem ocupar com representatividade.

Quanto aos argumentos dos segundos, no outro extremo, há quem considere que alinhar na discussão deste argumento, é admitir implicitamente a menoridade cívica dos militares. Pensamos, no entanto, que importa tecer algumas considerações a propósito, até porque somos civicamente maduros.

A vida militar, foi antes de mais, uma opção de carreira. A essência da função militar é a defesa da pátria, que jurámos honrar e defender. Qualquer acção ou atitude que coloque em causa a defesa da Pátria põe em causa um juramento de honra e, o que é igualmente grave, em causa a razão de ser de uma carreira e de uma opção de vida. Por em causa a defesa da Pátria é anular o sentido de uma vida de dedicação ao País. Por em causa as Forças Armadas ou a sua imagem é debilitar ainda mais a imagem já debilitada da profissão militar: é fazer o jogo daqueles que com tanto denodo se opõem à evolução do associativismo militar para um estatuto sócio-profissional.

A Associação Nacional de Sargentos com uma implantação nacional reafirma que tudo fará para que a luta pelos interesses dos Sargentos e dos militares seja sempre conciliada com os interesses da Instituição Militar.

Caros amigos:

Desde sempre e nunca é demais realçar: já lá vão 10 anos - a ANS elegeu como seu principal inimigo o famigerado artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e

Forças Armadas. Pensamos tê-lo feito com uma enorme consciência e sentido ético: de não menor responsabilidade, mas, sobretudo, de grande seriedade, serenidade e inteligência.

Não vou aqui repetir os argumentos técnico/jurídicos nem, tão pouco, as diligências efectuadas ao longo deste combate, e que reconhecidamente tem prestigiado os militares e a Instituição Militar que orgulhosa e honradamente servimos. Pois seria fastidioso e repetitivo: todos nós os reconhecemos. Vou, antes sim, dar conta das evoluções, últimos acontecimentos e das perspectivas que sobre esta matéria se nos apresentam.

Em 9 de Abril de 1997 o grupo parlamentar do PCP apresentou à AR um projecto de lei (Projecto no 309/VII), tendente a alterar o regime de restrições aos direitos dos militares. Projecto que mereceu da Comissão de Defesa Nacional, não a unanimidade, mas o reconhecimento de ser uma proposta suficientemente moderada e por conseguinte uma boa base de trabalho e ao qual as associações de militares, nomeadamente a ANS, corroboraram. Este projecto acabou por ser levado a plenário no dia 7 de Junho de ano transacto, tendo a sua votação na generalidade sido adiada por acordo com o grupo parlamentar do PS, para permitir ao governo apresentar a sua própria proposta. Recentemente, na reabertura da Assembleia da República, o PCP voltou a apresentar a sua proposta.

Em Agosto de 98 o MDN com grande e, em nossa opinião, excessiva mediação deu conta publicamente da sua proposta, fazendo crer que uma verdadeira revolução no plano do reconhecimento dos direitos dos militares aí vinha. Quando as associações de militares tomaram contacto com a dita, fácil foi, tendo em conta o seu conteúdo, reconhecer que toda a encenação mediática não passava de publicidade

Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa

O associativismo militar e a sua imprensa

Antes de mais, gostaria de agradecer o convite que endereçaram ao Clube de Sargentos da Armada (CSA), saudar e dar os parabéns à Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), pela oportuna iniciativa de organizar um Encontro sobre o Associativismo Militar e a sua Imprensa.

1. Associativismo Militar

Consideramos que existem três tipos de Associativismo Militar com a sua imprensa específica. É sobre eles que incidirá a nossa reflexão.

1º tipo - O Associativismo que tem sido desenvolvido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Este associativismo, com os seus problemas específicos, tem-se afirmado na Sociedade Portuguesa pela contribuição que tem dado à resolução de muitos problemas dos deficientes, dos quais, alguns de nós, e a sociedade em geral, vamos tendo conhecimento através do jornal ELO.

A realização deste encontro, pelas possibilidades de reflexão que permite demonstrar as suas potencialidades e as suas capacidades em continuar a procurar respostas para os problemas que se lhe colocam.

2º tipo - O associativismo sócio-profissional. Este associativismo é o mais recente entre nós e apareceu, nos finais dos anos 80, com o surgimento da Associação Nacional de Sargentos. Neste momento já existem mais duas Associações constituídas, a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a Associação Nacional dos Contratados do Exército (ANCE) e em fase de constituição a Associação de Praças da Armada, cujos debates são mal encarados pela chefia, e é bom não esquecer, que o mesmo já tinha acontecido com a constituição do seu Clube, o Clube de Praças da Armada. Este associativismo sócio-profissional, embora reconhecido por quase todos os órgãos de soberania, até hoje, não foi, ainda, reconhecido pelas chefias militares, com excepção da ANCE ultimamente. Não considerámos as associações da GNR.

3º tipo - O Associativismo de carácter sócio-cultural e recreativo. Este associativismo, do qual o CSA faz parte e nós aqui representamos, é o mais antigo e aquele que tem sido desenvolvido pelos clubes, e outras associações, 25 Abril, etc. O Clube Militar Naval, a história e património sócio-cultural, vem já do século passado, Novembro de 1866.

Algumas palavras sobre o nosso Clube

O nosso Clube foi fundado em 22 de Fevereiro de

1975, portanto, é, como nós dizemos, um fruto de Abril. Nos finais da década de 80, pensando talvez, que nós não teríamos capacidade de resistência e viéssemos a sucumbir, obrigaram-nos, por via judicial, a abandonar a nossa Sede "Berço", no Largo Trindade Coelho, em Lisboa. Felizmente, isso não aconteceu.

Hoje, com muito orgulho, podemos dizer que temos uma Sede, alugada, em Lisboa, que estamos em vias de adquirir, por compra, à Direcção Geral do Património (DGP), nosso senhorio, e temos também uma linda Delegação no Feijó, que este ano comemorou já o seu 15º aniversário com cerca de 5.000 sócios.

Todo este património resultou única e exclusivamente, do nosso engenho e arte, do nosso trabalho e esforço e das contribuições monetárias de centenas de associados.

O nosso orgulho nasce desta realidade.

Embora as alterações verificadas na vida profissional, na família e na sociedade em geral, e o aparecimento de forma exacerbada do individualismo, do egoísmo e do safe-se quem puder, nos trouxessem muitas dificuldades, continuamos a desenvolver uma vasta actividade recreativa, desportiva e cultural; editamos um boletim, quadrimestral, distribuído gratuitamente, e aos associados da reserva e da reforma é-lhes enviado pelo correio; servem-se anualmente dezenas de milhares de refeições de boa qualidade e a preços sociais nos dois restaurantes, da Sede e Delegação.

O nosso Clube, hoje, exerce também uma função social de grande mérito. Os sargentos na reserva e na reforma, aproveitam os seus espaços e aí convivem, confraternizam e recordam os seus tempos de marinheiro.

O nosso Clube, embora, sem poder dizer que tem direito, tem algum apoio oficial da Marinha, nomeadamente, a cobrança da quotização pelos serviços da Administração, oito ou nove militares, que vêm aqui prestar serviço e um subsídio de cerca de 700 contos anuais.

No próximo ano, comemoramos o 25º aniversário, e, do vasto programa já em preparação, vamos realizar, em Fevereiro, na Delegação do Feijó, um debate sobre as Dificuldades e Potencialidades do Movimento Associativo, que daqui aproveitamos para convidar todos os presentes a participar.

Direitos e restrições ao associativismo militar e sua imprensa

O art. 31º da Lei de Defesa Nacional e Forças

Armadas (LDNFA) impõe tantas restrições aos direitos dos militares, que estes ficam com os direitos proibidos e não restringidos como diz o art. 270º da constituição. O art. 31º limita tudo.

O funcionamento das nossas associações, com as limitações que o art. 31º impõe, é muito difícil e limitado. Um militar do activo ao fazer esta intervenção pode estar sujeito a processo disciplinar.

Hoje, uma grande maioria dos cidadãos militares já tem consciência desta situação, já luta contra elas, e, mesmo até na sociedade, começa a ser raro quem defenda as restrições que este artigo impõe.

No final da última legislatura uma maioria de deputados, PS e PCP, já aprovou uma proposta de alteração ao art. 31º que baixou à comissão de Defesa para apreciação, mas como a legislatura acabou ficou sem efeito. Esperamos que a vontade de alterar o citado se mantenha e volte de novo a ser aprovada a alteração ao art. 31º. Porque enquanto existirem estas proibições aos nossos direitos, e não existirem apoios legais e concretos ao associativismo, as muitas potencialidades do Associativismo Militar terão dificuldades em manifestar-se.

Que apoios tem hoje o associativismo militar e a sua imprensa? Não existe nenhum estatuto do Associativismo Militar. Apoios legais e de direitos também não existem. Não existe um dirigente a tempo inteiro nem a part-time. Muitas vezes, se não fosse a compreensão de alguns dos chefes diretos, não havia possibilidades de tratar muitos dos problemas que se colocam às associações. Pagamos os impostos (IVA) como qualquer outra sociedade de lucro comercial.

Hoje, como todos sabemos, a complexidade e dificuldade do funcionamento das nossas associações, exige dos seus dirigentes bastante saber, muita vontade e dedicação, bastante sacrifício aos tempos livres, ou às famílias.

Muitos dirigentes associativos já têm consciência, desta situação e alguns vão procurando adaptar as suas associações aos nossos tempos, profissionalizando e modernizando serviços, facilitando aos dirigentes custos monetários e outros para o exercício da sua actividade, exigindo apoios e legislação correspondente. Mas só isto não chega. Esta intensa e meritória actividade associativa em prol da cultura e bem estar dos militares tem de ser apoiada e reconhecida pelos órgãos de soberania, porque se o não for, só a nossa vontade e esforço não chega para responder às exigências que a vida e bem estar dos cidadãos militares exige.

2 - Imprensa do Associativismo e Imprensa Militar da Instituição

A imprensa do associativo

A nossa imprensa, não tem nenhum subsídio, nem isenções nem quaisquer facilidades de distribuição.

Nós, como anteriormente já disse, editamos um boletim quadrimestral, que custa ao Clube, impressão e distribuição, duas centenas de contos. Para muitos dos nossos associados da reserva e reforma é o único contacto e informação que têm do Clube. Embora o Boletim já tenha alguma qualidade, muitos dos associados dão-lhe pouca importância e até o acham de pouca utilidade, em virtude da sua publicação ser quadrimestral, da sua evidente marca amadorística, da sua impressão não ser de grande qualidade, comparada com a impressão e papel das revistas militares da instituição.

O boletim não tem apoios nem subsídios próprios e como o preço de cada edição actual já pesa no orçamento do Clube, interrogamo-nos de como será possível aumentarmos o número de edições, o número, de páginas, melhorar a qualidade do papel e da impressão e pagar a um jornalista que nos ajude a melhorar o boletim?

É uma reflexão que já estamos a fazer e que aqui também deixamos. Valerá a pena, nestas condições continuar a fazer o boletim?

A imprensa da Instituição Militar

Esta imprensa, vive do ponto de vista financeiro e material mais desafogada que a do movimento associativo. Tem apoios e facilidades.

Mas os militares ver-se-ão ali reflectidos? Como são ali tratados os problemas dos militares e da Instituição? É também um bom motivo que deverá merecer a nossa reflexão.

3 - Encontros sobre o Associativismo Militar

Seria bom que estes nossos encontros, pela possibilidade que proporcionam de debater e discutir os problemas, trocarmos ideias e experiências, etc., pudessem continuar de forma a podermos encontrar propostas de resolução, para as dificuldades e problemas que atravessa hoje o Associativismo Militar.

E, para além da publicação das comunicações no ELO, seria bom também, que, depois deste debate, aparecesse e fosse aprovada uma proposta para apresentar aos órgãos de soberania, contendo as questões mais difíceis e urgentes que hoje se colocam ao Associativismo Militar.

Manuel Custódio de Jesus - CSA

A Imprensa das Associações Militares e a Formação da Opinião Pública (continuação)

imprensa das Instituições Militares se deve dirigir.

Começo pelo público interno constituído por todos os sócios. Se nós não gostarmos de nós próprios como poderemos ser queridos e compreendidos por quem nos é exterior? Concordarão comigo ao afirmar que um militar que transfira aos seus sentimentos e os seus conhecimentos para os diferentes grupos sociais em

que se integra é a melhor via para se atingir toda uma população. Toda a gente conhece um membro das F.F. AA.; o seu amor ou desprezo pela instituição militar será contagiante.

O outro público, aquele que não está ligado às FF. AA., exige um outro tipo de atenção. Para ele os militares são um grupo homogéneo, um pouco exterior

à sociedade, que se não defende dos inimigos verbais. Não seremos nós próprios quem melhor está preparado para dizer como e porquê usámos ou ainda usamos um uniforme militar?

Em resumo, e para finalizar, creio que à imprensa das Associações Militares cabe uma dupla tarefa:

- Satisfação dos interesses imediatos dos sócios e

ser veículo para a informação útil;

- Numa visão mais alargada dos seus objectivos, não esquecer que também lhes cabe uma função pedagógica na formação da opinião pública para que melhor sejam compreendidos os valores e os princípios que um dia nos levaram a vestir um uniforme militar.

Luis Morais Pequeno - AFAP

Assim estamos no associativismo (continuação)

enganosa. A dita acabaria, felizmente, por morrer ainda em trabalhos de parto.

Em Novembro de 98 o governo apresenta na AR uma "nova" proposta - um verdadeiro milagre de ressurreição.

Na exposição de motivos que justificam a proposta o governo refere, e passo a citar: "... por outro lado, as restrições vigentes ao exercício de direitos por militares, afiguram-se desactualizados face à filosofia e realidades nacional e europeia, e situação que se agrava perante uma nova Lei de Serviço Militar. Julga-se, pois, conveniente e oportuno proceder, no espírito de uma maior abertura à actualização do preceito contido no artigo 31 da actual lei..." (fim de citação).

Até aqui, tudo bem, mais parecia que a exposição de motivos tinha sido encomendada às associações de militares. O problema é o conteúdo da proposta. A exposição de motivos indicia o reconhecimento daquilo que sempre temos defendido e pugnado. O conteúdo da proposta, não a vou qualificar, por, apesar de todo o esforço, não ter conseguido encontrar adjectivo que se lhe adapte, sem correr o risco de perder a elevação que sempre caracterizou a nossa conduta.

Direi apenas, é de todo inaceitável. Direi mais, os deputados do partido socialista com quem temos dialogado ao longo deste combate, não merecem carregar consigo o ónus de tamanho dilate. E ainda é menos aceitável que, após todo este percurso, o

Governo o represente, com mais ou menos vírgula ou ponto final, na reabertura da sessão legislativa.

No passado dia 21 de Janeiro de 99 o projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar da PCP foi votado na generalidade pelo plenário da AR, tendo sido aprovado com os votos favoráveis dos deputados do PS; PCP e PEV e com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS/PP. Esta votação foi um marco importante neste combate, encheu-nos de enorme, mas moderada satisfação. Foi um sinal de reconhecida confiança, deste órgão de soberania democrático por excelência, nos militares deste país. Mas, o que falta até à definitiva concretização da alteração legislativa é ainda muito. Muito teremos do batalhar, muitas terão de ser as discussões para que o consenso necessário e desejável seja encontrado. Nós, sargentos, continuamos disponíveis, com grande serenidade, responsabilidade e elevação ética, para contribuir para que as dúvidas, indefinições e desconfianças, de todos aqueles que as tenham, possam ser superadas.

Caros amigos:

Mas o segundo tema, ou sub-tema proposto tem a ver com a imprensa militar. E, de facto, como seria possível dissociar o movimento associativo dos seus órgãos de informação, da sua voz? Como seria possível difundir os pontos de vista das várias sensibilidades dos associativistas da Família Militar, promover a consciencialização sobre os problemas que nos afectam o debate que conduz às soluções mais consensuais;

como seria possível fazer sentir os nossos pontos de vista a todos os que, mesmo não sendo associativistas, terão de contribuir para a construção do associativismo sócio-profissional - se não tivéssemos imprensa, se não tivéssemos voz?

Como sabeis, resolvemos não só comemorar o feito heróico do 31 de Janeiro mas, também reeditar o título do jornal que dava voz às aspirações desses camaradas: o jornal "O Sargento" que tem uma reedição regular há 10 anos.

Mas falar de imprensa militar é, também, obrigatoriamente, falar do artigo 31º e das restrições que ele impõe à liberdade de expressão dos cidadãos em uniforme, nós os militares. Como sabeis o ponto 3 deste artigo diz explicitamente: "Os cidadãos... (militares) não podem fazer declarações públicas de carácter político ou quaisquer outras que ponham em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas, excepto se se tratar de artigos de natureza técnica inseridos em publicações editadas pelas Forças Armadas e da autoria de militares que desempenhem funções permanentes na respectiva direcção ou redacção." Portanto, cumprido à risca este preceito, nós não poderíamos escrever para os nossos órgãos de informado, e estes teriam de ser editados em branco, ou escritos por opinadores civis sobre matérias de interesse dos militares. É o cumulo do disparate e é exemplar dos extremos a que conduz a ânsia de proibir